



ANAIIS DA ASSEMBLEIA

Nº 188/189

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 07 DE DEZEMBRO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Valdir Rossoni
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PTB.....	Ademar Traiano
PMDB.....	Orlando Pessuti
PPB.....	Tony Garcia
PT.....	Péricles de Holleben Mello
PDT.....	Edgar Bueno
PSDB.....	José Maria Ferreira
PL.....	Pastor Edson Praczyk
PSB.....	Ricardo Maia
PSC.....	
PSL.....	Edno Guimarães
PST.....	Divanir Braz Palma

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado) - Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; BLOCO PARLAMENTAR - PSL/PL/ PSC - 05: Edno Guimarães - Pastor Edson Praczyk - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Miltinho Puppio.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 118ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
07 DE DEZEMBRO DE 1999**

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Caíto Quintana, secretariada pelos Senhores Deputados Plauto Miró Guimarães e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53). Em licença o Senhor Deputado Nelson Justus (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2719

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER,

após ouvido o duto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 501/99, referente à Mensagem Governamental nº 016/99, que dispõe sobre o Plano Plurianual.

Sala das Sessões, em 07.12.99.

(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO Nº 2723

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 124/99, que autoriza o Poder Executivo a custear as despesas com exames de DNA.

Sala das Sessões, em 07.12.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2724

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 02/98, de autoria do Tribunal de Justiça, que visa alterar o dispositivo que especifica a Lei nº 7297/80 (Código e Divisão Judiciária do Paraná).

Sala das Sessões, em 07.12.99.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 2709

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja retirado da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões, o Projeto de Lei nº 143/97, anexo ao Projeto de Lei nº 215/97.

Sala das Sessões, em 07.12.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 2715

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o duto Plenário, retirada do Projeto de Lei nº 026/99, em 2ª Discussão, item 10 da presente Sessão Ordinária, de autoria do ilustre Deputado Orlando Pessuti, para que tramite na Comissão de Finanças, tendo em vista que muito embora tratando de assunto de competência daquela comissão, não tramitou junto a mesma.

Sala das Sessões, em 07.12.99.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 2722

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o duto Plenário, a transformação do pronunciamento realizado no dia 01 de dezembro de 1999, em Requerimento

Oficial, e posteriormente encaminhando às seguintes autoridades: ao Presidente da CPI do Sistema Financeiro no Congresso Nacional; ao Presidente da Câmara Federal, Deputado Michel Temmer; ao Presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães; ao Ministro da Fazenda, Pedro Malan e ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

Sala das Sessões, em 07.12.99.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2711

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de pesar à família do Sr. Plínio Pereira de Araújo, pelo seu falecimento, ocorrido no dia 04 de dezembro próximo passado, na Cidade de Tamarana.

O Sr. Plínio Pereira de Araújo, 79 anos, era pai do atual Presidente da Câmara Municipal de Londrina, Sr. Renato Araújo.

Sala das Sessões, em 07.12.99.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 2710

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de São Carlos do Ivaí, pela passagem, no próximo dia 16 de dezembro/99, de seus 43 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Fiori Antonio Tessaro, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito, Sr. Arlindo José Flores, bem como a todos os Senhores Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de São Carlos do Ivaí.

Sala das Sessões, em 07.12.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É justo que nesta oportunidade prestemos nossa sincera homenagem a toda a população de São Carlos do Ivaí pelo transcurso de seus 43 anos de emancipação política.

Sentimo-nos honrados em parabenizar essa comunidade que com trabalho e dedicação vem lutando pelo progresso do município, incansáveis, ao lado do prefeito e sua equipe administrativa.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, renova sua gratidão e reconhecimento à população, na certeza de que continuarão com a mesma garra colaborando para o bem estar de todos.

REQUERIMENTO Nº 2712

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, votos de congratulações, pelo 52º aniversário do Município de Porecatu, comemorado no dia 08 do corrente mês.

Requer, ainda, seja dado ciência à Senhora Neusa Maria Damaso Marciliano Campos, Prefeita Municipal, e ao Senhor Jamil Paulo da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores daquela localidade.

Sala das Sessões, em 07.12.99.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O território porecatuense abrange área de divisa com o histórico Rio Paranapanema, por onde navegaram, há mais de três séculos atrás, padres espanhóis que edificaram grandes cidades na região, a exemplo de Nossa Senhora do Loreto e Santo Inácio Mini. Os anos se passaram e a região permaneceu ao letargo da história; somente a partir da década de 40 é que se movimentou novamente a área, com interesse de colonização.

Ricardo Lunardelli, grande latifundiário, membro da família de desbravadores e plantadores de cidades, aportou na região no ano de 1941, trazendo consigo os filhos João e Urbano Lunardelli. Embalado pela febre colonizatória que assolava o Estado do Paraná, ante a expectativa do fortalecimento da região calcada na produção cafeeira, não titubeou e loteou parte de sua extensa área de terras.

Estabelecendo um método vitorioso em venda de terras, Ricardo Lunardelli dividiu em pequenos lotes e, facilitou o pagamento, não tardando para que grande parte, do que foi colocado à venda, estivesse em mãos de famílias vindas das mais diversas partes do país, mais especificamente dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

A família de Ricardo Lunardelli batizou o incipiente povoado de Brasília, portentosa denominação da Terra Brasilis contida em mapas, mesmo antes de seu descobrimento no século XVI, pelo português Cabral. O nome não vingou, apesar de significativo.

Em 1943, a Lei Estadual nº 199, de 30 de dezembro, eleva o lugar a categoria de distrito judiciário, já com a denominação de Porecatu, integrando o território do Município de Sertãoópolis.

O crescimento foi significativo, as lavouras de café proliferavam e o entusiasmo era grande. Neste clima favorável foi criado o município, através da Lei Estadual nº 02, de 10 de outubro de 1947, cuja instalação deu-se em 05 de novembro de 1947, quando foi eleito o primeiro prefeito do lugar, Senhor José Patrocínio Silva. Em 14 de janeiro de 1948, Porecatu passa a ser sede de Comarca, através da Lei nº 23.

Os problemas agrários ocorridos na então vizinha Jaguapitã, no ano de 1946 a 1947, deixaram em alerta o povo de Porecatu. Muitas eram as coincidências, desde o número de Lei e datas que elevaram os dois povoados a condição de distrito e, posteriormente à de município, até os litígios pela tomada de posse da terra.

Ocorre em Porecatu, a partir de 1950, sério conflito entre colonos e a polícia. Em síntese, a exemplo do calote governista em Jaguapitã, o mesmo se dá na zona rural porecatuense. Os colonos se revoltaram ante a eminência da perda de seu trabalho no campo.

Nesta época, o Partido Comunista do Brasil, às escondidas, promovia o programa de ligas camponesas, e de certa forma aliciou e orientou os colonos revoltados. Bem armados, centenas de homens se entricheiraram nas matas que muito bem conheciam. Antes que fosse dado o primeiro tiro, alguns "acertos" aconteceram, na vã tentativa de se evitar o pior. O mais sangrento dos combates ocorreu quando um destacamento policial tentava achar o esconderijo dos rebelados. Nesta batalha pereceram seis militares e quatro colonos.

Outros embates aconteceram, com baixas de ambas as partes, até que o governo, ansioso por dar um basta em tudo aquilo, enviou poderoso contingente armado para a zona de conflito. Nesta altura já eram mais de 400 os sertanejos, que armados até os dentes, não titubeavam em incendiar, roubar ou mesmo matar, para defender seus ideais.

Aos poucos os focos de guerrilha foram sendo desarmados e a paz voltou a reinar, não se registrando mais baixas. A expedição de títulos pelo governo do Estado colocou fim ao litígio, depois que parte da região foi declarada de "utilidade pública".

Porecatu atualmente pertence à Microrregião 07 (AMEPAR), e a Prefeita Municipal é a Senhora Neusa Maria D. M. Campos. A Câmara Municipal está composta pelos seguintes vereadores: Irene Rodrigues de Oliveira Frassato, Daniel Pessoa de Magalhães Sobrinho, Dalvino Vicente da Silva, Amado Alves Ferreira, Maurício Chevalier Vedove, Bruno Ferrarese, Elaine Silva Veras, José Gonçalves Bueno e Jamil Paulo da Silva.

Topônimo - De origem Guarani 'Porê'...salto, queda + 'catu'...bonito: Salto bonito. É referência a bonita queda d'água existente no Rio Capim, nas proximidades da sede municipal.

Dependência Genealógica - Porecatu emancipou-se em 10.10.1947 de Sertanópolis, que foi desmembrado em 06.06.1934 de Jataí, que originou-se em 14.03.1929 de São Jerônimo, que emancipou-se em 23.02.1920 de Tibagi, que desmembrou-se em 18.03.1872 de Castro, que originou-se em 24.09.1788 de Curitiba, emancipado em 29.03.1693 de Paranaguá que foi criado por Carta Régia em 29.07.1648.

Denominação dos Habitantes - Porecatuenses.

População - 15.465 habitantes.

Distritos - Sede.

Limites - Alvorada do Sul, Centenário do Sul, Florestópolis e Estado de São Paulo.

Comarca - Porecatu.

Altitude - 580m.

Coordenadas - 22°45' latitude Sul, 51°23' longitude W-GR.

Extensão Territorial - 301,446 Km².

Distância da Capital - 511 Km.

Clima - Sub-tropical úmido mesotérmico, com verões quentes e geadas pouco frequentes, com tendência de concentração das chuvas nos meses de verão, sem estação seca definida. A média das temperaturas dos meses mais quentes é superior a 22°C, e a dos meses mais frios é inferior a 18°C.

Padroeiro - Nossa Senhora Aparecida - 12 de outubro.

Data de Comemoração Municipal - 08 de dezembro.

Fonte - O Paraná e seus Municípios.

REQUERIMENTO Nº 2718

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que firma o presente documento, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a concordância do Plenário, sejam encaminhadas as congratulações dessa Casa Legislativa, à Diretoria da Cooperativa de Crédito Rural de Marechal Cândido Rondon Ltda - SICREDI, na pessoa de seu diretor-presidente, senhor Adolfo Rudolfo Freitag, pela inauguração da sede própria da entidade no último dia 03 de dezembro, na Cidade de Marechal Cândido Rondon.

A citada cooperativa de crédito é hoje uma organização, consolidada, de respeito e exemplarmente conduzida, beneficiando de maneira positiva a comunidade de sua abrangência.

Do aprovado, o proponente requer ainda, seja dada ciência ao diretor-presidente da cooperativa supracitada, a rua D. João VI, 565 - CEP 85960-000, Marechal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 07.12.99.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2713

Senhor Presidente.

Observado o disposto do Regimento Interno, o adiante nominado, Deputado com assento nessa Casa de Leis, REQUER, voto de louvor ao Centro de Informática para Deficientes Visuais Prof. Hermann Gögen, Centro de Letras do Paraná e Academia Paranaense de Letras, pelo lançamento nesta data, de 20 livros de autores paranaenses pelo sistema Braille, em evento que acontece no Centro de Letras do Paraná, localizado na Rua Fernando Moreira, 370, nesta Capital.

Trata-se de iniciativa essencial para a integração do deficiente visual, porque além de lhes proporcionar acesso à cultura, ainda gera empregos para os mesmos.

Só a Biblioteca Pública do Paraná conta com 05 (cinco) funcionários cegos e possui o maior acervo em Braille.

Sala das Sessões, em 07.12.99.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 2716

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Bancada do Paraná no Congresso Nacional, pedindo que interceda junto à Superintendência da Polícia Federal e demais órgãos governamentais, no sentido da instalação de uma Delegacia da instituição no Município de Cascavel/PR.

Sala das Sessões, em 07.12.99.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em duas ocasiões, na manhã de hoje, novamente tivemos o prazer de ouvir as lições jurídicas em defesa das causas públicas manifestadas pelo Procurador da República em Cascavel/PR, Dr. Celso Antônio Três, nas entrevistas que este concedeu às prestigiosas rádios Exclusiva e CBN, a despeito de ameaças e atentados de que tem sido vítima. O assunto abordado nas entrevistas com o Procurador não poderia ser outro, senão exatamente este das investigações e do trabalho muito sério que realiza. A propósito, transcrevemos algumas manchetes noticiadas na imprensa da região no dia de hoje: "Peritos da PF explodem pacotes enviados a Três!" (Jornal Gazeta do Paraná); "PF detona carta enviada a Três" (Jornal O Paraná); "Federal explode pacote com bombas" (Jornal A Cidade); "Suspeita de bomba enviada ao Procurador mobiliza a Polícia" (Jornal Hoje).

Das declarações que o Procurador da República prestou em suas recentes entrevistas, chamou-nos atenção o alerta que fez quanto à necessidade da instalação de um posto da Polícia Federal em Cascavel, dada a sua importância do ponto de vista geográfico, de localização estratégica à prática de delitos federais que muitas vezes carecem de um acompanhamento mais constante da Polícia Federal enquanto instituição responsável para coibir crimes como tráfico de drogas e sonegação fiscal. Aliás, sobre este último tema, o Dr. Celso Antônio Três não cansa em denunciar: "Eu estive em Brasília dias antes de ser avisado sobre as cartas-bombas e fiz relatos sobre um estrondoso esquema de sonegação fiscal, que chegou aos 127 bilhões de reais. Isso com certeza incomodou pessoas no Brasil inteiro, por isso foi tomado um cuidado maior com relação a essas correspondências".

Essas questões, da sonegação e do tráfico de drogas, realmente preocupam a população de Cascavel e do Oeste paranaense. A nossa cidade, historicamente, tem sido marcada pela queima de arquivos (já houve a queima da Prefeitura e do Fórum), por pessoas envolvidas diretamente ou cúmplices de falcaturas e atos ilícitos. É urgente, portanto, que a Assembléia Legislativa e as autoridades federais do Paraná cooperem para darmos um basta nesta situação. As ameaças contra o Procurador Celso Antônio Três constituem-se sinais evidentes de que essa forças do mal tramam para pôr termo às ações do ilustre homem público.

REQUERIMENTO Nº 2720

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de expediente ao Senhor Presidente da RODONORTE (Dr. Geraldo Villin Prado) e ao Presidente da COMPAGÁS (Dr. Luís Roberto Dantas Bruel), solicitando esclarecimentos sobre aspectos do Contrato assinado entre as Partes em que a RODONORTE concede à COMPAGÁS o uso de 6.000 metros da faixa de domínio localizada entre o Km 117 e Km 123 da BR 277 (sentido Norte - Curitiba-Sprea) para ocupação subterrânea de tubulação de gás, visando a implantação da rede de distribuição de gás canalizado:

a) pelo uso da área discriminada (6.000 metros entre o Km 117 e o Km 123 da BR 277) a COMPAGÁS pagará à RODONORTE o valor anual de R\$8.000,00 por Km, partindo de um valor igual a R\$ 4.000,00 por Km por ano no segundo até o quarto ano, atingindo o valor de R\$8.000,00 no oitavo até o décimo ano. Assim, pergunta-se, qual o critério utilizado para se chegar aos valores indicados, qual a razão técnica para o aumento de 100% nos valores unidade, e quais os elementos que compõem a planilha de custos para se chegar a tal resultado. E qual o plano acerca do restante do percurso até a Cidade de Ponta Grossa? Quais os custos, qual o termo inicial e final do Contrato?

b) O valor estipulado no contrato é de R\$48.000,00 para os 6 (seis) Km iniciais indicados no Contrato, indaga-se: existe um Plano de expansão para implantação da tubulação do gás no âmbito do Estado do Paraná? Qual é o Plano de expansão, especificando em unidades métricas e custo aproximado, inclusive sobre o pagamento pela concessão de uso da faixa de domínio de estradas do Estado do Paraná.

c) O Contrato especifica uma duração de dez (10) anos o termo ajustado entre as partes. Indaga-se: por que o prazo de dez anos para concessão do uso da faixa de domínio se a RODONORTE detém domínio sobre a mesma faixa por 25 anos? Terminado o prazo de 10 (dez) anos, será elaborado novo contrato, com que valores? E sobre que área? Por que não foi feito um Contrato abrangendo o percurso do ponto inicial até Ponta Grossa? Quais critérios serão utilizados para tal. Qual a garantia que o usuário terá de que terminado o prazo (dez anos) o Contrato será renovado (e em que condições), não afetando o usuário final?

d) Após dez anos de Contrato, e não sendo renovado, qual o destino das benfeitorias, dos dutos e obras realizadas? Em qualquer hipótese quem detém o controle e o domínio das obras realizadas? Quem controlará a segurança do empreendimento?

e) Qual critério técnico indicou a escolha do IGP-M como fator de reajuste do Contrato e porque escolheu-se as mesmas datas que o reajustamento for aplicado às tarifas básicas de pedágio.

f) Os recursos advindos deste Contrato, serão utilizados na melhoria, segurança e benfeitoria das estradas sob Concessão? De que forma?

Sala das Sessões, em 07.12.99.

(a) LUIZ CARLOZ ZUK

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 639/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 11.685, de 17 de fevereiro de 1997, que dispõe que os depósitos, aplicações, arrecadações e pagamentos dos órgãos e das entidades da administração direta e indireta, somente poderão ser movimentados no Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, e nas instituições financeiras que lhe forem coligadas ou controladas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.12.99.

(aa) EDGAR BUENO, HERMAS BRANDÃO,
NELSON GARCIA e ADEMIR BIER.

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado do Paraná já se pronunciou, diversas vezes, sobre a inevitável privatização do Banco do Estado do Paraná.

Essa vontade política tornou inadequada a Lei nº 11.684/97, que dispõe sobre a obrigatoriedade de que a movimentação dos depósitos, aplicações, arrecadações e pagamentos dos órgãos públicos estaduais sejam feitos somente no BANESTADO e nas instituições financeiras que lhe forem coligadas.

Com a privatização do BANESTADO não há nenhuma justificativa para que o protecionismo, imposto pela Lei nº 11.685/97, prossiga.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a apresentação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 640/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica incluído o Município de Guaraniaçu na abrangência do Núcleo Regional de Cascavel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.12.99.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa atender a reivindicação da população de Guaraniaçu, principalmente do magistério local, que tem manifestado para que volte a pertencer ao Núcleo Regional de Educação de Cascavel.

Soma-se ao motivo anterior o fato de Guaraniaçu estar ligado econômica e culturalmente a Cidade de Cascavel desde o seu surgimento. Não tendo praticamente nenhuma ligação com a Cidade de Laranjeiras do Sul.

Por estas razões, conclamo o apoio dos nobres Pares para anuírem a presente proposição de lei.

PROJETO DE LEI Nº 641/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instalar uma unidade da Delegacia Anti-Tóxico no Município de Maringá.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.12.99.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A crescente escalada da distribuição e uso de drogas na Cidade de Maringá e Região é motivo preponderante de o Governo do Estado instalar naquela cidade uma unidade Anti-Tóxicos.

Os meios de comunicação informam que Maringá, pelo número expressivo de sua população, tem problemas constantes envolvendo traficantes e usuários de drogas. As escolas têm sido alvo constante dos distribuidores de cocaína e de maconha.

Além disso, Maringá fica na rota dos traficantes, vindos do Paraguai e do Mato Grosso do Sul.

A Delegacia Anti-Tóxicos, por ser especializada nessa área, além de combater os distribuidores da droga, dá também assistência ao dependente químico, com pessoal especializado.

Pelo bem da população de Maringá e região, no combate ao narcotráfico e no amparo aos dependentes químicos, formula-se o presente projeto de lei, para merecer o apoio e aprovação dos nobres Pares desta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Prezado Deputado Caíto Quintana, quero cumprimentar Vossa Excelência por estar no comando do nosso

Poder Legislativo. Vossa Excelência que é um dos políticos mais antigos desta Casa, na verdade, vem coroar de pleno êxito a sua carreira política construída com trabalho, com dignidade, por isso quero cumprimentar Vossa Excelência.

Meus prezados Deputados, minhas prezadas Deputadas.

O Governo Jaime Lerner é um governo que vive marcado, nos últimos tempos por fatos ruins, por fatos que têm gerado, na verdade, no nosso Estado do Paraná muita controvérsia e tem manchado o nosso Estado a nível nacional. É um governo vacilante, é um governo que titubeia, e um governo que está marcando negativamente a história do nosso Estado.

Sr. Presidente, recentemente o Governador Jaime Lerner esteve em Capitão Leônidas Marques, para inaugurar pela 3ª vez, a Usina de Salto Caxias. A 3ª vez que o Governador Jaime Lerner inaugura a mesma obra. Inaugurou quando ele estava pela metade, inaugurou quando o Presidente Fernando Henrique esteve lá, e não tendo mais o que inaugurar, inventou mais um motivo para lá se dirigir, inaugurar de novo a obra que ele já havia inaugurado por duas vezes.

Mas até aí tudo bem, Sr. Presidente, porque este fato do Governador inaugurar 3 vezes a mesma obra não é estranho, uma vez que o Governador se tem dado ao capricho de inaugurar obras por aí, mas obras não construídas com o dinheiro do povo do Paraná, obras da iniciativa privada, é a Renault, é a empresa lá de Cafelândia, Frigorífico da COPACOL, é o Frigorífico da COPAVEL, em Cascavel, construídos com recursos do dinheiro dos associados, e lá está o Governador, inaugurando as obras da iniciativa privada como se fosse do Governo do Estado. E por que isso ocorre? É porque o Governo do Paraná é inerte, é devagar, e o dinheiro do nosso povo é consumido no ralo da incompetência.

Mas, Sr. Presidente, quero voltar a falar da Usina de Salto Caxias. Não bastasse o Governador ter ido 3 vezes à Capitão inaugurar a mesma obra, um fato estranho ocorreu que nos preocupa sobremaneira.

Lá no sudoeste do Paraná, lá no oeste, uma inquietação geral alguns dias tomava conta da população. Corria à boca pequena a informação de que havia um vazamento na barragem da Usina da Salto Caxias. A COPEL calada, nada dizia e nada falava. Mas, à boca pequena, a população que margeia a usina dizia; há um vazamento na barragem, há uma fissura na represa, ninguém acreditava, Senhor Presidente, porque uma obra onde foram empregados 1 bilhão de dólares, 2 bilhões de reais, em um curto espaço de tempo tivesse uma rachadura, houvesse uma fissura na represa. Depois de muitas conversas, a população preocupada até que a própria represa estourasse e levasse a banca rota toda a população vizinha à barragem, veio uma resposta.

A COPEL se manifestou e disse que efetivamente existem as fissuras na Barragem de Salto Caxias. E aí nos preocupou ainda mais porque era visível o olho nu, pela

população que margeia a represa, que lá em cima da represa uma grande quantidade de operários trabalhavam e a rodovia que o Governador Jaime Lerner também inaugurou ligando a barragem de Salto Caxias a Nova Prata do Iguaçu, uma rodovia de 20 Km também está proibida de ser movimentada pelas pessoas.

O Governador esteve em Nova Prata e inaugurou a rodovia, mas a COPEL não deixa utilizá-la e aí então a suspeita aumentou. Porquê o povo não pode utilizar a rodovia? Veio a resposta: Há duas fissuras na rodovia, dois vazamentos e o que não podemos entender é que uma obra igual àquela, uma barragem construída com o que há de melhor em tecnologia, com o que há de ponta no setor de construção civil, possa, em tão curto espaço de tempo, com vazamentos, estar com fissuras, estar com rachaduras. Não dá para entender o que houve na barragem de Salto Caxias. Foi negligência do Governo? Negligência da COPEL? Mau uso do dinheiro público? Material inadequado utilizado para a construção da barragem? O que ocorreu com uma obra de um bilhão de reais para estar danificada, avariada, sem menos de um ano de inauguração, não obstante, como disse anteriormente, o Governador Jaime Lerner já ter inaugurado aquela obra por três vezes.

E, trago aqui esta manifestação. A COPEL nos respondeu num ofício que fizemos, através do iminente Líder Valdir Rossoni, que até o inverno do ano que vem, até o mês de julho do ano que vem, a COPEL espera ter resolvido o problema. Ora, até lá o Governo do Estado através da COPEL, vai estar jogando dinheiro pelo buraco que as águas do Rio Iguaçu abriram na fissura da barragem de Salto Caxias.

Segundo documento que recebi, subscrito pelo Presidente da COPEL, a COPEL está arcando com todos os custos para buscar tapar o buraco da represa. Segundo o documento, até a presente data já foram usados mais de 90 mil reais e não acreditamos neste valor, achamos que é muito mais. Mas, a COPEL diz que até o inverno...

(Utiliza o Horário da Liderança do PMDB)

...que vem, portanto até o mês de julho ela espera ter resolvido o problema do buraco da represa de Salto Caxias. Não dá para aceitar esta explicação, não dá para entender, não dá para compreender, não dá para aceitar que uma empresa pública do quilate da COPEL, com os funcionários que possui, com o know how que possui construindo obras no Rio Grande, em Santa Catarina, fazendo associações com empresas do Brasil inteiro possa aceitar a rachadura numa empresa, numa usina como a usina de Salto Caxias, não dá, Sr. Presidente.

Por isso, a resposta da COPEL não nos convence. A resposta da COPEL cria mais inquietação e o Governo Jaime Lerner é culpado por mais este desastre, por mais esta obra que é inaugurado no seu governo e que deixa um rastro de suspeita no ar, porque se não bastasse o volume de recursos lá utilizados, há também esta tragédia da rachadura no casco da barragem ou na represa propriamente dita.

Venho aqui, Sr. Presidente, para colocar a apreensão da população do sudoeste e oeste do Paraná, sob os argumentos existentes de que a COPEL terá que esvaziar o lago, de que haveria o perigo de uma rachadura maior da represa, fazendo com que corresse risco de vida as pessoas que moram próxima a barragem.

Então, quero deixar registrado aqui e dizer ainda mais que nós não nos conformamos, que nós iremos gritar bem alto, de que a COPEL não pode dar uma resposta vaga, uma resposta infantil, uma resposta fácil de que irá até o mês de julho do ano que vem para tentar consertar o estrago causado na barragem pelas águas do Rio Iguaçu. Uma obra aonde o Governo gasta um bilhão de reais não pode, em hipótese alguma, apresentar rachadura, apresentar estrago, defeito de construção, porque é dinheiro mal aplicado, é incompetência ou é malversação do dinheiro público, Sr. Presidente.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Usou da palavra no Pequeno Expediente e no Horário da Liderança o Deputado Nereu Moura.

Segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Geraldo Cartário.

Enquanto o Deputado Geraldo Cartário se dirige à tribuna, gostaria de convidar o Dr. Marcos Vinícius Alves Meyer para comparecer à Mesa, ele que representa nesta sessão que será a seguir realizada o Secretário do Esporte e Turismo, Ney Leprevost.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Ocupo mais uma vez esta tribuna para externar o meu repúdio a perversa política econômica que vem sendo implementada pelo Ministério da Fazenda com suporte do Banco Central.

Não basta o suor do nosso trabalhador com seus salários arrojados e com uma inflação iniciando um galope que já assistimos anos atrás. Não basta a incerteza e a falta de perspectiva do empresariado nacional.

O desespero dos desempregados que não enxergam luz alguma no fim do túnel.

Não basta a angústia das mães e donas-de-casa com seu orçamento cada dia mais curto e com alimentos, remédios e serviços cada vez mais caros. E os nossos agricultores que estão dia-a-dia mergulhando na pobreza por falta de uma política séria de investimento no campo. Não se vê um sinal, um aceno mesmo de longe avisando que o Governo Federal esteja preocupado com tudo isto.

Foram vendidos, ou melhor entregues a multinacionais, importantes patrimônios brasileiros. A promessa de que os recursos oriundos destas negociações seriam destinados a diminuição do escandaloso déficit público e a vergonhosa pobreza, não foi cumprida.

Há dias, eu ocupava esta tribuna para denunciar as aberrações, o assalto mesmo, por parte das empresas que operam com financiamentos e cartões de crédito

sobre os incautos e desesperados cidadãos brasileiros.

Agora, depois de três meses, o diretor de Política Monetária do Banco Central, Luiz Fernando Figueiredo, em um requerimento enviado a este parlamentar, confirmou o que levantei no pronunciamento, mas, pasmem senhores, afirmou que o estudo do banco mostrando o motivo da cobrança exagerada, será divulgado somente no primeiro trimestre do ano 2000. Até lá que se lixem a economia do país e o endividamento dos brasileiros. e vivam os lucros dos agiotas oficializados pela burocracia.

Hoje, por exemplo, um servidor público que no desespero busca um empréstimo pessoal vai pagar juros em torno de 13,55 por cento ao mês, ou 356,46 por cento ao ano. E se ele apelar para o cartão de crédito, hoje utilizado por milhões de brasileiros, a navalha da agiotagem vai cortar fundo da mesma maneira: 321,63 por cento ao ano de juros. Um absurdo!.

Senhor Presidente, uso o Horário do Partido Social Liberal.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, gostaria de pedir ao sistema de som ou pouquinho mais de volume, porque estou aqui tentando prestar atenção no pronunciamento do ilustre Deputado e não consigo ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

A mesa solicita que o serviço de som altere realmente o volume porque está impossível de ouvir.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Aliás, Senhor Presidente, aproveitando a deixa do Líder do Governo, Deputado Rossoni, gostaríamos que na reforma anunciada nesta Casa que também se reformasse o sistema de som desta Casa, que realmente ele deixa muito a desejar.

Mas dizia eu, Senhor Presidente e Senhores Deputados, nesse nosso pronunciamento que se devolva o Banco HSBC ao BAMERINDUS, porque entendemos e não acreditamos na honestidade da forma como os paranaenses perderam o Banco Bamerindus.

(Lê):

“Repercute no noticiário nacional que a Comissão Parlamentar de Inquérito do sistema Financeiro gerou crise no Banco Central, obrigando o presidente do BC, Armínio Fraga a demitir o diretor de Fiscalização da Instituição Luiz Carlos Alvarez que é acusado pela CPI de ter realizado uma operação irregular de compra de 900 milhões de dólares e títulos da dívida externa brasileira, devo dizer títulos podres, na época em que foi interventor do Banco Central do banco paranaense, o Bamerindus.

Para quem sabe acompanhou a intervenção do Banco Central no Bamerindus, quando anunciada o preço da venda para o HSBC, pela bagatela de 900 milhões de dólares só restaria mesmo uma boa gargalhada se não estivéssemos diante de uma grande maracutaia que nós

tirou um banco genuinamente paranaense e brasileiro e o entregou de graça a este agente financeiro internacional.

Este embuste eu já havia denunciado na época da falcatura promovida pelo interventor do Banco Central no Bamerindus.

Agora o tema vem à baila com a denúncia da CPI. Mas que não se fique apenas na denúncia e na demissão de Luiz Carlos Alvarez. A Opinião Pública nacional clama por medidas punitivas e reparação da Justiça. Que se coloque na cadeia o tal interventor e que se devolva o HSBC aos antigos proprietários do bamerindus, um grupo paranaense que forjou no trabalho iniciado pelo patriarca da família, o falecido Sr. Avelino Vieira um conglomerado que chegou a reunir mais de 1000 agências em todo o território nacional.

A perseguição, a má-fé do Banco Central em cima do nosso Estado não param por aí. Um plano ardil e sórdido do Ministro da Fazenda e do Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, está em curso mais uma vez atingindo o Estado do Paraná e o seu povo. O Banco Central não tem nenhuma política econômica sólida, objetiva para retomar o desenvolvimento e o emprego no país. Não sabe como conter a pressão do dólar sobre o real.

Não tem planejamento dos efeitos inflacionários sobre a economia em curto e médio prazo. Mas, não se sabe por quais razões, querem o senhor ministro e o senhor Fraga, nos tirar a Delegacia Regional do Banco Central sediada em Curitiba.

Somente a suspeita de que teria algo errado ocorrendo dentro da repartição como documentos comprometedores de negócios escusos poderia levar o Banco Central a transferir este imprescindível atendimento a nossa sociedade paranaense para outras praças.

Digo isto porque não foi feito nenhum estudo técnico neste sentido e a decisão intempestiva nos remete a conclusão como esta, já que não encontramos outra explicação plausível.

Como bem lembrou o superintendente do Instituto Superior de Administração e Economia da Fundação Getúlio Vargas, por sinal um paranaense, Dr. Normam de Paula Arruda Filho, ao emitir parecer sobre a verdadeira intenção do Banco Central em nos tirar a Delegacia Regional afirmou que permanência da Delegacia Regional do Banco Central em Curitiba é uma questão de lógica, não apenas sob o ponto de vista político, mas, principalmente econômico, e com destaque para os aspectos sociais. Diz ainda o Dr. Arruda Filho: abro aspas: "trata-se de atender a um reclame de toda sociedade paranaense que entende que é preciso fortalecer nossas Instituições. Trata-se de manter aqui um acervo de talentos forjados dentro do Banco Central, que não se deve ser esvaziado, mas fortalecido e colocado a serviço do desenvolvimento do Paraná", fecho aspas.

Lembra ainda o Superintendente Dr. Arruda, com autoridade de quem conhece o assunto, destacando a importância da Delegacia do Banco Central no Paraná nas funções fiscalizadoras que lhe cabe no setor de con-

sórcio, leasing, gerenciamento do meio circulante que é a moeda, o dinheiro, a disposição dos bancos, sistema financeiro da habitação e da agricultura, entre outras atribuições. e que não se pode esquecer, ainda, as atividades estratégicas da Delegacia Regional do BC em relação ao MERCOSUL, com o banco Central detendo a segunda maior carteira de investimento do País - superior a 17 bilhões de reais, segundo fontes do BNDS.

Quero destacar aqui neste meu pronunciamento o desempenho do diretor-Presidente do jornal Gazeta do Povo e da TV-Paranaense Canal 12, Dr. Francisco Cunha Pereira Filho por ter encampado mais esta luta a favor do nosso Paraná, como já fizera vitorioso em outras dezenas de campanhas para salvaguardar o nosso Estado. E lembro de uma delas quando nos queriam tirar a Superintendência da Caixa Econômica Federal e não conseguiram êxito pela pronta trincheira jornalística armada pela Gazeta do Povo e Canal 12 que mobilizou a sociedade civil organizada e obrigou o Ministério da Fazenda a voltar atrás na infeliz idéia. E agora estamos juntos nesta luta e haveremos de comemorar mais esta vitória.

Me pergunto, Senhores Deputados, ou melhor intrigado me pergunto: não houve qualquer estudo de viabilidade técnica da transferência da Delegacia Regional do Paraná para outro Estado, seja Rio Grande do Sul ou São Paulo. Então, se nós cidadãos paranaenses pagamos os mesmos impostos que os gaúchos e paulistas quais seriam os motivos de tanta discriminação, de tanta arrogância contra nosso Estado? O que realmente tem por trás disto tudo? Por que tanta pressa?

A imprensa anunciou em manchetes garrafais que o Paraná é uma importante rota do narcotráfico e que por aqui são lavados mais de 7 bilhões de reais por ano, em casas de câmbio, oriundos do crime organizado. E se no momento, conforme constatei junto aos funcionários da Delegacia Regional do BC, tem apenas um servidor capacitado para auxiliar o Ministério Público e a Procuradoria da Justiça Federal, qual a falta que não faria a ausência total dos serviços e instalações físicas da Delegacia aqui no Paraná?

E o que me deixa ainda mais estarecido é que aqui em Curitiba, exatamente na Avenida Cândido de Abreu, um prédio de oito andares, orçado em 15 milhões de reais que deveria abrigar a sede da Delegacia Regional do Banco Central está totalmente abandonado depois de consumir mais de 4 milhões de reais na sua primeira etapa de construção. Este é o maior testemunho da incongruência do planejamento do Banco Central. O edifício que há poucos meses era considerado essencial para o bom desempenho das atividades da Delegacia do BC, está lá, se perdendo, se estragando no tempo com infiltrações e rachaduras, jogando no lixo, além da esperança da população, empresários e lideranças, o dinheiro sagrado do contribuinte.

Quero concluir este pronunciamento deixando aqui duas advertências: o primeiro, que o Ministro da Fazenda, o Pedro Malan e Armínio Fraga, Presidente do

Banco Central, reflitam e façam permanecer nesta praça paranaense a Delegacia Regional. A segunda, de que faça dentro da Delegacia uma rigorosa auditoria para estabelecer responsabilidades civil e criminal quando da intervenção do órgão no caso do Bamerindus e também da paralisação das obras do novo edifício que deverá abrigar o órgão no Estado. Da nossa parte esperamos que a CPI do Sistema Financeiro se torne permanente, pois a ela estaremos remetendo este pronunciamento e vamos cobrar uma postura firme para que os fatos fiquem esclarecidos e os criminosos sejam punidos no caso de corrupção confirmada. Vamos também solicitar a transformação deste pronunciamento em Requerimento Oficial desta Casa e, caso aprovado, seja endereçado a CPI acima mencionada, ao Presidente da Câmara Federal, Deputado Michel Temer, ao Presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ao Ministro da Fazenda, Pedro Malan, e especialmente, ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

Muito obrigado."

Concedo, com muita honra, o aparte ao Deputado Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

Quero cumprimentar, Deputado Cartário, Vossa Excelência por levantar, aqui na Assembléia Legislativa, este assunto que vem de encontro aos interesses de todos os paranaenses e ao mesmo tempo enaltecer também, como Vossa Excelência já o fez, ao Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, por mais uma bandeira, em prol do Paraná.

A Gazeta do Povo e a TV Paranaense, canal 12, sempre tem pautado a sua conduta na defesa dos interesses maiores, do povo do Paraná.

Mais uma vez ele está, com a sua organização, prestando um grande serviço ao nosso Estado. E, mais uma vez, para encerrar, cumprimentar a Vossa Excelência porque traz à baila este assunto. Com certeza todos os Deputados vão se empenhar e o povo do Paraná vai se organizar, para que não possamos perder esta agência, tão importante, para o Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Agradeço a Vossa Excelência o seu pronunciamento, no aparte, visto que Vossa Excelência também como os 54 Deputados desta Casa se preocupam quando o Paraná é assaltado, roubado como no caso específico no nosso pronunciamento, pois não aceitamos que a Delegacia Regional do Trabalho saia de Curitiba, saia do nosso Estado, simplesmente porque alguém competente do Banco Central assim o deseja.

Senhor Presidente, para encerrar gostaria de ler aqui o nosso requerimento, para que posteriormente coloque em votação se assim o proceder, certamente acredito que será encaminhado expediente a seguintes personalidades:

(Lê):

"Senhor Presidente,

Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, a transformação do pronunciamento realizado no dia 01 de dezembro de 1999, em Requerimento Oficial, e posteriormente encaminhamento a seguintes autoridades, ao Presidente da CPI do Sistema Financeiro no Congresso Nacional, ao Presidente da Câmara Federal, Deputado Michel Temer, ao Presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães ao Ministro da Fazenda, Pedro Malan, e ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

Sala das Sessões, 07.12.99.

(a) GERALDO CARTÁRIO"

Era isso o que queríamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Por solicitação do Deputado Luiz Fernando Litro, registramos a presença do empresário e ex-Vereador de Dois Vizinhos, o Machadinho.

Usará a palavra, no Pequeno Expediente o Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada.

O que nos traz à tribuna na sessão de hoje é relacionado ao pronunciamento proferido recentemente pelo eminente Deputado Nereu Moura. Quem diria há trinta anos passados, que o Brasil de repente vivesse momentos como estamos vivendo hoje, quando os Governos na época tinham em mente e sentiam a necessidade de o Brasil em investir no setor energético. Os Governos na época foram criticados violentamente pelos seus opositores, tanto no Estado do Paraná, na construção das primeiras usinas hidrelétricas ao longo ao rio Iguaçu, mesmo com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, no rio Paraná, com os dois países Brasil e Paraguai.

Mas desde aquela época os governantes sentiam a necessidade que o Brasil estava crescendo e para que o Brasil pudesse se consolidar como um Brasil que entrasse na era da industrialização, se fazia necessário a geração de energia elétrica. E é o que aconteceu no Brasil do Estado do Paraná, em todos os Estados energéticos do nosso país. Lógico, cada vez que se constrói uma usina hidrelétrica hidráulica, ela requer a construção de uma barragem hidrelétrica e a barragem, por extensão e por consequência, ela vem atingir e inundar terras férteis. É o que aconteceu com todas as usinas, principalmente com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Sentimos hoje no Brasil nesse momento de estiaagem que atravessa o Sul e o Sudoeste do país, o racionamento da energia elétrica.

Perguntamos: O que seria do Brasil se não tivéssemos a Itaipu? O que seria do Brasil se não tivéssemos as usinas hidrelétricas construídas em todos os estados da

nossa Federação? Com certeza não teríamos as indústrias. Não teríamos o fomento da industrialização e a geração de empregos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. O Paraná precisa da parceria do Governo e da iniciativa privada. A construção de Salto Caxias, e é bom que se diga isso, quem assinou o contrato da construção dessa usina foi o ex-Governador Mário Pereira no último dia do seu governo. Dia 30 de dezembro de 1994. A obra iniciou no dia 5 de janeiro de 1995, no Governo Jaime Lerner e terminou no Governo Jaime Lerner. É a única usina hidrelétrica que tenho conhecimento no Brasil que tenha iniciado num governo e tenha sido terminada no mesmo governo. E essa usina foi inaugurada uma única vez, com a visita do Presidente da República no nosso Estado. estivemos presentes quando a COPEL convidou todos os Deputados desta Casa, e um grande número de Deputados se fizeram presentes naquele dia.

Se aconteceram problemas ou não na estrutura não sabemos. Não sou especialista para discutir sobre isso. Penso que nem o Deputado Nereu Moura é.

Com toda certeza o Governo do Estado e a COPEL estão tomando as providências cabíveis com relação a esse caso.

Agora, o Governador fez uma visita ao município de Manguaçu.

Foi visitar o assentamento das pessoas que moravam nas áreas que foram alagadas.

O Deputado Irineu Colombo, que é do PT, que está licenciado hoje, já fez considerações aqui nesta Casa, enaltecendo o trabalho que o Governo do Estado, através da COPEL, tem feito com todos os reassentados, que todos sabemos, porque já os visitamos, foram enormemente beneficiados e o Deputado Nereu Moura também sabe disso.

Então, nada mais justo e certo do que um governante visitar essas famílias que foram desapropriadas e ver se é verdadeiro aquilo que a imprensa e nós falamos aqui.

O Governo do Estado também fez no mesmo dia, uma visita ao Município de Três Barras para visitar o Parque Estação Ecológica Guarani. Visitou também Salto Caxias quando foi inaugurado; entrou em operação a penúltima turbina dessa usina hidrelétrica. Nada de mais.

Agora, se houvesse uma inauguração, com toda certeza, os Deputados e as autoridades seriam convidadas. Quem estava presente? Ninguém. Só o Governador fez uma visita. Por que não? O Governador deve visitar as obras que em seu governo são construídas.

Disse o Deputado Nereu Moura, condenando a posição do Governo do Estado em querer participar de inaugurações de empresas da iniciativa privada.

Ora, qual é o governo do Brasil ou do mundo que não aceita hoje uma construção ou a edificação

de uma indústria que venha a gerar renda, riqueza e também emprego no seu estado, no seu país?

A Renault todos nós sabemos, já estamos carecas em saber disso, a Oposição tanto critica, mas é um investimento que se fez no Estado do Paraná. Nós, os governos, os paranaenses vamos usufruir isso, quando? Agora? Não. O Governo vai usufruir isso daqui 5, 10, 15 anos, como o Governo do Paraná hoje está usufruindo dos benefícios, dos tributos, dos impostos que são gerados na Cidade Industrial de Curitiba.

A Cidade Industrial de Curitiba foi instalada quando? Há 26, 27 anos, atrás. Vinte por cento do ICMS do Estado do Paraná hoje, sai da Cidade Industrial de Curitiba. Quanto por cento de ICMS será tirado para as montadoras no Estado do Paraná que o Governo Jaime Lerner não pega nenhum centavo? Mas, os futuros governos vão pegar isso. Falar, condenar que o Governo do Estado foi em Cafelândia participar do lançamento da Pedra Fundamental, da duplicação do Frigorífico de Aves da COPACOL.

Ora, no mínimo é desconhecer a realidade da nossa região do Paraná. Quem pediu para o governo ir para lá, não foi o Governador. Recebi o convite da diretoria da COPACOL e do prefeito daquela cidade, marcamos uma audiência com o governador do Estado do Paraná. Estive com a diretoria da COPACOL e com o Prefeito de Cafelândia, Sr. Romano, com o governador convidando ele, para se fazer presente naquele município. Lá estive o Governador do Estado no dia 27, no mês de novembro, no lançamento da Pedra Fundamental, dobrando de 140 mil aves abate dia, para 280 mil.

Podemos dizer que serão gerados 1200 empregos direto, lá em Cafelândia, no município que tem 6, 7 mil habitantes.

Ora, o que é isso? Isso não é uma montadora como disse o Governador um dia. Isso é uma desmontadora de frangos. E uma arrivista do Oeste do Paraná, já disse: "O oeste canto de galo". Porque, depois de duplicado a COPACOL, com a instalação do Frigorífico da COTREFAL e, agora esta semana, semana que vem, a COPAVEL, na Cidade de Cascavel, vai inaugurar o seu frigorífico de suínos, de bovinos. É a iniciativa privada, são as cooperativas, é o Governo do Estado mudando o perfil econômico do nosso Estado do Paraná.

De que jeito nós, Parlamentares, queremos condenar a atitude de um Governo, que procura mudar o perfil econômico? Sou da geração de emprego, sou a favor não só de palavras, mas com atos e realizações. É isso que o Paraná precisa, é isso que o Paraná espera de seus governantes e dos seus administradores, dos seus representantes.

Venho a esta tribuna, com muita tranquilidade, fazer a defesa do governador do Estado do Paraná, fazer a defesa das empresas privadas do Paraná, que constrói no Paraná, que investem seus recursos aqui no nosso Estado.

E condeno com veemência as pessoas que não enxergam desta forma.

Concedo com muito prazer o aparte ao Deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Quero me somar ao vosso pronunciamento, e lhe dizer que realmente é incontestável, neste momento, fazermos qualquer consideração que possa desabonar a ação do Governo Jaime Lerner, principalmente a ação da COPEL com relação a este extraordinário empreendimento, que é a Usina de Salto Caxias.

Acredito que o próprio Presidente da COPEL, tão logo tomou posse, logo após a posse do Governador Jaime Lerner, já na oportunidade tinha dificuldades de fazer visitas aos assentamentos existentes fruto de outras ações do passado.

O Presidente da COPEL - quero dizer a Vossa Excelência e talvez outros Parlamentares que têm vinculação com a região - tomou a iniciativa de convidar alguns Deputados, entre os quais eu fui convidado, para acompanhá-lo a esta visita, uma visita a Usina de Salto Caxias, acompanhado do Governador.

Portanto, o Governador não esteve na Usina de Salto Caxias para mais uma inauguração. Esteve sim, como em tantas outras oportunidades, fazendo mais uma visita a uma das obras de fundamental importância para o desenvolvimento econômico do Estado. É uma obra que, com certeza, marcará época e vem fazendo com que inúmeras indústrias possam vir para o Paraná, fruto dessa atração, dessa energia facilitada que o Paraná tem.

É importante frisarmos também, com todo o respeito que tenho ao Deputado Nereu Moura, que é da área, que qualquer consideração nesse momento, a possível falha de engenharia na barragem da Usina de Salto Caxias, é prematura, até porque a tecnologia utilizada para a construção dessa Usina, é da mais alta qualidade, é tecnologia experimentada no mundo todo, mas se houve este problema, é prematuro nós, como leigos, fazermos qualquer consideração, até porque se isto ocorreu, com certeza, o Estado diante desta situação e a própria COPEL, haverão de trazer profissionais altamente qualificados para fazermos esta avaliação e aí sim, quem sabe, se porventura for comprovado, poderemos ter até intervenção da Assembléia Legislativa do Estado com relação a este assunto, mas tenho certeza absoluta que nenhum problema grave esteja ocorrendo na barragem da Usina de Salto Caxias.

Obrigado, Deputado Elio Rusch, pelo aparte e pelo seu brilhante pronunciamento.

O SR. ELIO RUSCH

Para acrescentar ao pronunciamento do Deputado Ademar Traiano, sabemos que a COPEL traz problemas sérios, quando constrói uma hidrelétrica para as pessoas que saem ou para as que permanecem, que ficam residindo no município, traz consequências para o comércio, para as escolas, para as pessoas que vão embora, os fami-

liares, os amigos que se dirigem para as outras comunidades, mas, por outro lado, também sabemos que a COPEL, através de seu Presidente e da equipe que tem montada e a COPEL é uma empresa de renome hoje no Brasil inteiro em termos de geração de energia elétrica e não só de geração de energia como em outras atividades.

O Sr. Nereu Moura

Estou aguardando o aparte, Deputado.

O SR. ELIO RUSCH

Infelizmente o meu tempo já está se esgotando.

O Sr. Nereu Moura

Vossa Excelência está com medo de discutir, Deputado?

O SR. ELIO RUSCH

Não é medo, mas ainda não encerrei o meu pronunciamento.

Deputado Nereu Moura, vamos discutir ainda amanhã, vamos continuar debatendo.

O Sr. Nereu Moura

Vou falar no Horário das Lideranças.

O SR. ELIO RUSCH

Gostaria que Vossa Excelência me assegurasse a palavra, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Vossa Excelência tem um minuto para conclusão.

O SR. ELIO RUSCH

Podemos dizer que a COPEL fez "n" trabalhos em todos os municípios, seja na reeducação de estradas, seja na construção de estradas através de calçamentos poliédricos. É um dos poucos asfaltos hoje no Estado do Paraná que está em andamento, um já concluído, inaugurado, ligando o Município de Quedas do Iguaçu com o Município de Três Barras do Paraná, outro asfalto em andamento, ligando o Município de Três Barras no Paraná com Boa Vista da Aparecida e "n" outras obras.

O Governo do Estado, quando esteve na Cidade de Cafelândia, no último dia 27 e na abertura na festa, esteve lá o Deputado Baratter, o Deputado Tiago, Deputados Federais e aproveitamos a oportunidade para inaugurar a Vila Rural, o asfalto do perímetro urbano.

Agradeço ao Senhor Presidente.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor Presidente, como o Deputado Elio Rusch se esquivou da discussão, não permitindo aparte para que eu contestasse as suas afirmações, por uma deferência do Deputado Edgar Bueno, me inscrevo no Horário das Lideranças da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Perfeito.

O SR. ELIO RUSCH

Não me neguei a dar aparte ao Deputado Nereu Moura e ele sabe muito bem disso. O meu tempo passou.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Concedo a palavra ao Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor Presidente, Deputado Caíto Quintana, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, nossos convidados que hoje acorrem a esta Casa, Sessão em particular, que aqui acompanham um pouco daquilo que é uma sessão e como se desenvolve os serviços da Assembléia Legislativa de nosso Estado, sejam bem-vindos.

Senhor Presidente, ocupou a tribuna o Deputado, companheiro, ilustre Parlamentar Geraldo Cartário onde fez considerações a respeito do Banco Central de uma forma um tanto quanto pusilânime com que o Banco vem atuando, vem permitindo e vem concedendo empréstimos a entes públicos. Quero enquanto representante membro do PSDB, nesta Casa, dizer ao Deputado e a esta Casa que me somo, em parte, com a crítica feita pelo Deputado Geraldo Cartário no tocante à liberalização e à condução do Banco Central, especialmente na vigilância e na fiscalização.

E esta colocação vem, em parte, baseada no balanço dos últimos 10 meses, que a Secretaria da Fazenda fez publicar, e que mostra a cada vez, que dados e que informações são trazidas a público, o buraco que o Governo do Estado do Paraná, hoje, tem. O buraco que o Tesouro do Estado vai precisar de honrar nos próximos anos. Esteve a esta Casa o Secretário da Fazenda - Giovanni Gionédís, especificamente no mês de novembro, trazendo informações a respeito das contas públicas de nosso Estado. Trouxe uma planilha que na oportunidade, Senhores Deputados, dissemos e afirmamos que ela estava mascarada, ela trazia dados de 30 de julho do corrente ano e apresentava uma dívida fundada na planilha do Senhor Secretário, de 5 bilhões 772 milhões e uma dívida flutuante de 9 bilhões 112 milhões.

E já dizíamos há tempos e já estamos, Senhores Deputados, a alertar o Paraná que a nossa dívida, em breve, será insustentável e será impagável especialmente para as próximas gerações. O Banco Central emitiu um relatório ainda com data do mês de agosto e exemplificando a dívida tomada em janeiro de 98 e a dívida em agosto de 98. Tivemos um crescimento nesses 19 meses de mais de 125% da nossa dívida. E vejam bem os senhores: se olharmos em relação aos outros Estados e até pelo peso do PIB da nossa isonomia em relação ao PIB Nacional, até que não temos uma grande dívida. Recebemos e

sempre tivemos um Estado equilibrado, um Estado que sempre teve capacidade de honrar seus compromissos.

É uma dívida, Senhores Deputados, de 3 bilhões, 675 milhões agora em janeiro de 98, mas saltou para 7 bilhões, só a dívida pública. Se compararmos ao Estado de Alagoas, neste mesmo período, um Estado que esteve e está quebrado, emitiu títulos podres na praça, ela aumentou apenas 6%, se compararmos a Santa Catarina que igualmente emitiu títulos podres, não teve como honrar a sua dívida, aumentou outros 5% apenas, se compararmos a nossa evolução da dívida em relação à economia de São Paulo ou à dívida do Estado de São Paulo, que é o maior devedor deste país, que no mesmo período, janeiro de 98, tinha uma dívida de 59 milhões, e ela no período subiu menos de 20%, a nossa subiu 125%. Em 94, o índice de liquidez da economia do Estado era de 1.4 real para cada dívida contraída. Hoje o índice de liquidez do nosso Estado é de 0,14 centavos recolhidos para cada um real de dívida. Então, quer dizer que cada 7 reais que temos de dívida, temos que expõe o recurso do Governo do Estado de apenas um centavo para cada 7 centavos de dívida contraída. Mostra claramente a preocupação da qualidade da nossa dívida, mostra, sobretudo, que aos poucos estamos perdendo aquilo que já dissemos antes e continuamos a dizer, estamos perdendo a capacidade de investimento do nosso Estado.

E no último balanço até sugeriria aos Senhores Deputados, que às vezes nem sempre é possível, no Diário do dia 30 de novembro, que a Secretaria da Fazenda fez publicar o balancete do mês de outubro. E tem na conta de despesas, aplicações diretas, aquisição de ativo, 1 bilhão e meio de reais. Confesso aos Senhores e as Senhoras Deputadas, que não consigo entender o que seria esse 1 bilhão, se seria aquisição de ações de empresas das quais o Governo procurou estimular em nosso Estado.

É interessante que amanhã quando apresentarmos aqui um requerimento solicitando essas informações, tenhamos o apoio do Plenário para poder conhecer ou mesmo a intervenção do Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, para que possamos, ter acesso a estas informações e conhecermos a realidade do fluxo de caixa.

Senhor Presidente, era isso, muito agradecido pela tolerância do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Passamos ao Grande Expediente.

No Grande Expediente há um requerimento aprovado na sessão do dia 22 de novembro, requerido pelo Deputado Antonio Carlos Baratter, que requer o horário do Grande Expediente da sessão do dia 7 de dezembro de 1999, para ser utilizado pelo Movimento Country, representado na ocasião Senhor Sinval da Silveira Pinto, Presidente da Confederação Paranaense de Rodeios.

Portanto, no Grande Expediente, concedo a palavra inicialmente ao Deputado Antonio Carlos Baratter.

O SR. ANTONIO CARLOS BARATTER

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Com certeza, esta sessão vai marcar uma época muito importante não só para a Assembleia mas para o Estado do Paraná. Estes dias, estava numa loja da Rua XV e dentro dela entrou um cidadão vestido de "cowboy" e, aquela senhora que estava me atendendo fez um pequeno comentário: "Que coisa mais ridícula". Esta senhora não tem culpa, ela não tem a informação necessária e suficiente de como se iniciou a economia do Estado do Paraná. O Estado do Paraná nasceu com bota e chapéu!

Neste momento, convido o Sinval, que tem a honra de portar o título de "Bicho do Paraná", para que possa dar início a esta Sessão Especial tocando com seu berrante, conhecido em todos os continentes do mundo, o Hino Nacional.

(Apresentação do Hino Nacional)

Senhor Presidente, para homenagear, todas as duplas sertanejas do Paraná - Willian e Renan, Toni e Epa, Fábio e Jair, tocarão a música Saudade da minha terra.

(Apresentação da Música)

Convido o "Bicho do Paraná", o Sinval, para fazer uso da tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Só gostaria de solicitar ao deputado Baratter que está conduzindo o cerimonial da apresentação que limitássemos o tempo dos oradores em cinco minutos em razão da pauta muito grande que tem para ser votado na sequência.

O SR. SINVAL DA SILVEIRA PINTO

Boa tarde, Senhoras e Senhores Deputados e a todos os presentes, esta juventude curitibana que aqui está presente. Eu nasci em Ribeirão do Pinhal, Norte do Paraná aonde aos dez anos de idade, peão de boiadeiro, berranteiro conduzindo boiada, deixando bem claro que o trabalho é importante para o adolescente, é importante para uma criança. Só assim eu aprendi as coisas boas da vida.

Venho por este Brasil afora defendendo as nossas origens, os valores da nossa terra, através do meu berrante as nossas origens, os valores da nossa terra, através do meu berrante e através do rodeio. Sou profissional de rodeio há vinte e cinco anos. Aqui em Curitiba, por exemplo, eu entrei de botas, chapéu, usando fivela grande, quando aqui cheguei dos Estados Unidos. O Deputado Ricardo Chab lembra muito bem, o Deputado Algaci Tulio também lembra muito bem e outros Deputados que são amigos da época.

Então, eu agradeço, em primeiro lugar, o Deputado Baratter por nos convidar, abrir esta porta ao movimento country existente hoje no Sul do nosso Estado, porque no Norte e Noroeste já existe há muito tempo. Curitiba tem que conhecer as origens da nossa terra. Existe hoje, Senhores Deputados, há vinte minutos atrás recebi uma informação, existe aqui em Curitiba grupos se formando para contrariar este movimento que aqui em Curitiba hoje existente, porque o movimento country e saúde, é energia, é um movimento limpo e transparente, aonde as pessoas que usam chapéu mascam fumo e não se usa droga. Eu, por exemplo, na minha vida de rodeio, vinte e cinco anos de rodeio, certo, sempre montando em rodeio, hoje com 42 anos de idade, sábado os senhores viram no Meu Paraná aonde eu fiz aquela montaria num cavalo; para fazer aquilo quem usa droga ou álcool não consegue fazer.

Então, o movimento country é um movimento sadio, mas já tem gente querendo contrariar esses princípios básicos do resgate da nossa história, aonde tem também o valor de família que tem que ser mantido e o chapéu é a nossa marca registrada, porque o nosso Paraná foi aberto a casco de cavalo. Fala-se em Viamão, fala-se em Sorocaba e o resto do Paraná é helicóptero que foi aqui que derrubou tora, que puxou carroça, não foi cavalo, senhores.

Portanto, o movimento country tem que ser reconhecido, o movimento sertanejo da nossa terra, é o movimento sertanejo do nosso Estado.

É como, por exemplo, Senhor Presidente, nos rodeios da vida que lancei em 96, o Brasil inteiro passou a conhecer, aonde muitos me chamaram de bairrista. Por quê. Porque eu tenho um poema chamado Ribeirão do Pinhal onde retrata a nossa história. Chamaram-me de bairrista sim, mas também me aplaudiram de Norte a Sul deste país, o primeiro peão poeta do Brasil entrando na Bienal do Livro com berrante nas costas. Não tive vergonha, não, senhores, de ir lá mostrar o meu livrinho, mas os catedráticos chamaram de obra e me consagraram o primeiro 'cowboy' poeta do Brasil, saído aqui do Paraná.

RIBEIRÃO DO PINHAL

Êra, êra, eh, oh, eh, oh, apenas grito, grito de um passado,
que saudades me dá,
da lida do gado do Norte do Paraná. Este grito é latejante,
saudade do meu berrante
onde eu punha a repicar,
cortando estradas,
invernadas e colinas,
até mesmo cafezá.
Na colheita do café ali nós tinha que passá,
eu repicava meu berrante sentido,
avisando do perigo,
afiador e culatreiro,
êra, êra, oh, oh, oh,

já se ouviu grito empelotando a boiada para não estourar.

Santo Antonio da Platina, fazenda Ribeirão Bonito, Rio das Pedras, Ribeirão do Pinhal, na cullatra estava Zezalino, Nivaldo e Gilbertão, de afiadador ia mais peão.

João do Prato era arribador dos bão,
na guia tava Eraldino, com jeitinho
rebatendo as vaca ligeira,
oh, oh, oh, hoje me sinto perdido,
peito doído,
cabeça arrebentada,
quando eu durmo eu começo a sonhar,
eu escuto o grito de boiadeiro,
coisas que jamais voltará,
eu que já fui para tão distante,
fui para outros estados,
mas aqui eu vou ficar,
eu amo esta terra e ao meu Paraná.

Muito obrigado.

(APLAUSOS)

O SR. ANTONIO BARATTER

Senhor Presidente, para encerrar hoje na Cidade de Curitiba existem aproximadamente 1000 grupos country registrados, o número de pessoas que compõem os grupos é de aproximadamente de sessenta pessoas.

Nós, vocês que estão aqui hoje, estamos provando que isso não é moda, mas é um estilo de vida. Chapéu e bota não é ridículo, é cultura e é história. Nós somos o resultado dos tropeiros, assim começa a economia do Paraná. O que é que nós pretendemos? Resgatar aquilo que está internalizado, gritar bem alto a nossa história, nossas raízes. No ano que vem, no ano 2000 nós iremos realizar um congresso em Curitiba para aprender, divulgar, viver e reviver a nossa história.

Com esse movimento que começa mexer com a economia do Paraná, Senhor Presidente Sras. Deputadas, Senhores Deputados com fábrica de confecções de camisas, calças, fábricas de botas, fábrica de chapéus, fábrica de cintos, milhares e milhares de pessoas sendo empregadas.

Um final de semana nas casas country em Curitiba reúnem-se aproximadamente com mil pessoas cantando e se divertindo sobre a história.

O movimento country tem um lema: é contra as drogas. o movimento country tem um objetivo: em todas as entidades sociais que prestam um serviço relevante à sociedade, o momento country está presente, ajuda e contribuiu.

O Sr. Orlando Pessuti

Vossa Excelência me concede um parte?
(Assentimento).

Deputado Baratter, quero cumprimentá-lo evidentemente por permitir que esta Sessão acontecesse, por sugerir que esta Sessão acontecesse, e cumprimentar ao

nosso Presidente Caíto Quintana por ter aberto esse espaço importante para que os sertanejos, os integrantes do movimento country pudessem aqui estar na tarde de hoje mostrando a todos nós, a pujança desse movimento, e a importância que tem esse movimento para todos nós, enquanto paranaense, sabedores que somos de como foi colonizado o Estado do Paraná.

Disse bem o SINVAL, pessoa que conheço há muitos anos, temos nos encontrado muitas vezes em rodeios, em festas sertanejas por esse Paraná afora, em feiras agropecuárias, que nenhum de nós deve se envergonhar da sua condição de sertanejo, e muito menos da sua origem sertaneja, porque afinal de contas se nós formos aqui fazer uma averiguação eu tenho certeza que a maioria dos cinquenta e quatro parlamentares com assento nesta Casa têm na sua origem primeira o meio rural, tem na sua vivência primeira a condição de sertanejo, seja dele próprio ou de seus familiares.

Eu pessoalmente tenho orgulho de ter nascido no meio rural, num pequeno sítio, filho de agricultores, neto de agricultores, bisneto de agricultores. E por isso ao longo ao longo de toda a minha vida nunca escondi de ninguém a minha afeição, a minha admiração e o meu respeito pelo sertanejo, pelo movimento country, pelo movimento tradicionalista gaúcho, por todos os movimentos que enaltecem a vida, o sofrimento, a alegria, a tristeza, a vivência e a convivência do homem e da mulher que tem a sua origem no meio rural. Devo dizer que tive um momento de rara felicidade e alegria na minha vida.

Foi no dia 12 de março do ano passado, 98, por sugestão de um grupo de jornalistas de Curitiba, entre eles um grande amigo nosso de todos os dias, convive aqui na Assembléia conosco, o Jamur Júnior, aconteceu nas dependências do Clube Curitibano de Curitiba, um dos clubes mais requintados e mais reservados, vamos dizer, mais fechados do Estado do Paraná, um jantar beneficente em favor do Lar o Bom Caminho, meninos e meninas são assistidos por essa entidade.

Naquela oportunidade, esse grupo de jornalistas, aqui de Curitiba, dentre eles o Jamur Júnior, o José Maria Bizarro e outros tantos organizaram um jantar, cuja alimentação foi elaborada por 16 pessoas, que se dedicavam e gostavam de fazer pratos especiais, vamos dizer, que pessoas que não são competentes na elaboração de um tipo de alimento - como era o caso do saudoso Deputado Maurício Fruet, que levou lá o seu carneiro afrodisíaco. Neste dia também, além dos 16 cozinheiros amadores, foram escalados 12 artistas, cantores. Eu fui convidado, naquela oportunidade, para representar o setor country.

Tive o privilégio a exemplo do Sinval, que aqui veio, hoje, de adentrar o Clube Curitibano de chapéu Panamá na cabeça e o meu berrante na mão e lá interpretar Chalana e Saudades da Minha terra, músicas tradicionais que exemplificam a vida do sertanejo.

Por isso cumprimento Vossa Excelência por essa oportunidade, que está dando a todos nós, ao Presidente Caíto Quintana, o Marcos Vinícius que aqui está repre-

sentando o Governo do Estado, porque afinal de contas, todos nós aqui, aqueles que cultivam o sertanejo ou o tradicional, seja na sua forma gauchesca, seja na forma mais paranaense, do Norte, mais paulista, enfim, esse estilo sertanejo que todos nós temos, todos aqueles que por isso lutam, merecem de nós o respeito e o enaltecimento, que muitas vezes não se consegue.

Devo dizer que, nessa festa do Clube Curitibano, tivemos essa grande oportunidade de levar o movimento sertanejo, para dentro daquele clube e devo dizer que o resultado foi acima do que esperávamos.

Parabéns a Vossa Excelência aos grupos que aqui estão e também ao nosso amigo Sinval, pelo brilhantismo com que tem se comportado na defesa do Movimento Country.

(Aplausos).

O SR. ANTONIO CARLOS BARATTER

Eu que lhe agradeço, Deputado Orlando Pessuti, pelo brilhante Aparte.

Concedo um Aparte ao Deputado Tiago Amorim.

O Sr. Tiago Amorim.

Agradeço a Vossa Excelência meu caro companheiro Antônio Carlos Baratter. Também quero registrar um abraço fraterno ao Sinval da Silveira Pinto, esse homem que defende os interesses do homem do campo e que eleva, com certeza, essa cultura importante do Estado do Paraná.

Quero dizer que temos um projeto de lei, nesta Casa, Senhoras e Senhores, que se fazem presentes, de que estabelece e reconhece oficialmente o rodeio, como um dos componentes da cultura popular do nosso Estado.

Meu caro Sinval, você que representa hoje essa família country, aqui de Curitiba, e do Estado do Paraná e que temos uma identificação muito grande, também Senhor Presidente, como radialistas que somos, lá, na região de Cascavel, no Oeste do Paraná e que por várias vezes participamos de eventos do rodeio, queremos dizer que essa luta, acima de tudo se fortalece ainda mais, a partir da união dos Deputados, do Deputado Baratter, de todas as autoridades que aqui se fazem presentes.

Acho que temos de continuar a valorizar essa bandeira, valorizando o homem do campo, esse esporte que agrada não só o homem do campo, mas agrada a população, como a grande paixão nacional o futebol.

Temos certeza que a valorização do rodeio do Estado do Paraná, como já está acontecendo em outros Estados da Confederação, a tendência é fortalecer ainda mais.

E por isso, meu caro Deputado Baratter e demais Deputados, é que estamos juntos também nessa caminhada.

Um ponto importante, Deputado Baratter, que Vossa Excelência tocou que a família country também faz campanhas constantemente contra as drogas no nosso Estado e nosso País.

É desta forma que vamos conquistar, sem dúvida nenhuma, espaços importantes e valorizar pessoas sérias, que querem realmente desenvolver um grande trabalho no rodeio paranaense.

Muito obrigado.

(Aplausos).

O SR. ANTÔNIO CARLOS BARATTER

Um aparte ao Deputado Moysés Leônidas.

O Sr. Moysés Leônidas

Quero cumprimentar Vossa Excelência Deputado Baratter e a todos vocês do Movimento Country que aqui se dispuseram a vir e em especial ao meu lado Sinval que é meu conterrâneo, nascido também na mesma cidade minha, em Ribeirão do Pinhal.

Deputado Barrater, o que ele falou ali, para mim tem um significado muito grande, porque meu pai e minha mãe foram fundadores de Ribeirão do Pinhal, chegaram lá em 1929 e a comarca foi instalada em 54. Tudo isso que ele disse, o berrante, o cafezal, fazem muita falta para a gente.

Então quero cumprimentar o Sinval porque o Brasil não valoriza muito o poeta, o cancionista, aquele que escreve a poesia do sertanejo. Parabéns a você, acho que isso é muito importante!

As pessoas quando vêem a vestimenta do country acham ridículo; é por causa da pobreza da nossa cultura e da divulgação da nossa cultura. Agora, só para se ter uma idéia e deixar registrado aqui, no ano passado, 98, os rodeios, no Brasil receberam três vezes mais gente do que os estádios de futebol, no País do futebol, em que a grande paixão nacional, é o futebol! Então, acima de tudo, o rodeio dá divisas.

Nós aqui, às vezes vamos fazer turismo na Europa e vamos à Espanha, para assistir a tourada que é o carro-chefe do turismo na Espanha, onde a gente vê, horrorizado, o toureiro, em cena, tirar a vida do animal, tirar a vida do boi. Para mim, particularmente, a tourada é como boxe, não tem sentido nenhum, é desajeitado, não gosto! Já o rodeio enche os olhos, é um esporte sadio.

Então eu quero cumprimentar a V. Exa. Se nós vamos à Espanha, ver matar boi, por que não podemos trazer ao Brasil pessoas que gostam de rodeio? Os Estados Unidos, por exemplo, fazem divisas em cima do rodeio.

E dizer mais a você, Sinval, que é um poeta, o escritor Graciliano Ramos, quando escreveu Grandes Sertões e Veredas, disse lá que o sertanejo, acima de tudo, é um forte. Vamos levar este movimento não só para o Paraná mas para o Brasil inteiro, com esta fortaleza, porque isso traz divisas para nós e cultura é o que a gente precisa, porque ela enobrece e enaltece a alma.

Parabéns Deputado Baratter.

O Sr. Divanir Braz Palma

Quero parabenizar o Deputado Baratter e dizer ao Sinval e aos meus companheiros que estão de parabéns, porque quem puxa aos seus não degenera. Nós não podemos ter vergonha das nossas origens, pelo contrário, devemos ter orgulho! Nós que somos da terra, ligados à terra, ligados ao mato, ao sertão, nossa origens precisam ser preservadas sempre!

E eu vejo este movimento, com muita alegria, porque está trazendo para a capital do Estado, e aqui é um centro de ressonância, e todo o Paraná acompanha este movimento e fortalece. Porque este movimento, no interior, nós que somos da região Noroeste, estas noites de rodeio são maravilhosas, Senhor Presidente, são acompanhadas por famílias que vão com os filhos, com as crianças, ver lá os vaqueiros, valentes vaqueiros pegar os seus cavalos, derrubar um touro, domar um touro, sem violência se expondo ao perigo, mas são homens preparados, treinados e mostram aí, na rudeza, a saúde e a energia do homem ligado à terra.

Movimento lindo, maravilhoso que vocês estão trazendo para cá e por isso têm um sucesso maravilhoso, eu os parabenizo. E aqui na Assembléia, pode ter certeza, Baratter, você marcou um tento muito importante, pois temos que abrir espaço para que a nossa cultura popular, as nossas origens sejam conservadas, porque só assim conseguiremos ser cada vez mais, um povo forte, um povo ordeiro, um povo feliz e, acima de tudo, um povo que respeita o homem da terra, o homem do campo.

Parabéns.

O SR. ANTONIO CARLOS BARATTER

Para encerrar, gostaria de agradecer a presença de cada um de vocês que aqui vieram nos prestigiar e reforçar cada vez mais este movimento.

Agradecer especialmente à Nani Matias e ao Sinval que foram os responsáveis, na verdade, por esta organização. Convidar que todos se envolvam para que possamos realizar um extraordinário congresso country, do Paraná.

E agora, para encerrar, as duplas sertanejas, coordenadas por Willian e Renan vão cantar uma música de despedida, em homenagem a todos os Deputados.

O SR. SINVAL DA SILVEIRA PINTO

Gostaria de pedir a atenção de vocês, ao Presidente da Mesa, Senhores Deputados. Em respeito a esta Casa de Leis, gostaria de fazer um apelo a todos vocês. O que acontece em todos os eventos em Curitiba, acontece nos eventos do Estado do Paraná, acontece nas campanhas políticas onde nossos nobres Deputados conseguem seus votos. E muitas das vezes o artista paranaense, o artista Curitiba, é deixado um pouco de lado nos grandes shows. Gostaria de pedir a vocês que prestigiassem mais os nossos artistas paranaenses. Existe uma lei que determina porcentagem do show artístico tem que ser complementada por duplas paranaenses, que vocês revissem isso

com muito carinho, porque só assim vamos fortalecer a nossa classe artística.

Quero fazer um apelo também e um agradecimento. Nós temos hoje em Curitiba uma Lei de Incentivo à Cultura, que beneficia toda a classe artística aqui de Curitiba. Nosso agradecimento aos autores dessa lei e pedir também que fosse criado uma lei a nível de Estado, para que beneficiasse os artistas do Estado do Paraná, para que as empresas do interior pudessem ajudar os seus artistas com os incentivos fiscais. Em nome do Movimento Country de Curitiba, em nome de todas as duplas presentes, gostaria de deixar esse trabalho aqui, que foi feito pela Lei de Incentivo ao Deputado Caíto Quintana, ao Presidente dessa Casa, Nelson Justus e ao Deputado Antonio Carlos Baratter, parabenizando-os por essa iniciativa e que vocês Deputados realmente revejam, que artistas precisamos desse espaço em Curitiba e hoje ele não é tão grande assim. Aconteceu a Feira do Paraná, vieram várias atrações de outros Estados e muitos de nossos artistas, alguns aqui estão presentes, trabalharam de graça.

Então, em nome das duplas presentes, em nome dos artistas presentes, em nome do Movimento Country, quero entregar esses CDs ao Deputado Caíto e repassar ao Deputado Nelson Justus e ao Deputado Baratter.

O SR. ANTONIO CARLOS BARATTER

Quero fazer uma agradecimento especial ao Sr. Marcos Vinícius, que nesse momento representa o Secretário Ney Leprevost.

(Execução de Música)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Essa Presidência, deseja cumprimentar a iniciativa do Deputado Antonio Carlos Baratter, como também aos integrantes de duplas sertanejas, ao Sinval, aos Senhores Deputados e aos que aqui compareceram, por essa bela apresentação, que essa Casa do povo fez realizar no dia de hoje. Parabéns a todos!

Passo ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PTB se fará uso da palavra.

(Declina)

No Horário da Liderança do PTB concedo a palavra ao Deputado Ricardo Chab.

O SR. RICARDO CHAB

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Depois dessa festa bonita promovida pelo Deputado Antonio Carlos Baratter, venho para falar de algo que é muito sério e atinge o bolso de cada cidadão desse Estado e desse País.

Quero rapidamente trazer uma manchete de primeira página da revista "Quatro Rodas". Aí vão entender o porquê de estar aqui na tribuna hoje. É para tentar passar ao Plenário aquilo que os membros da Comissão de

Segurança Pública sabem. É algo muito sério e muito grave.

A revista "Quatro Rodas" desse mês traz o seguinte destaque: "Seguro obrigatório: sumiram com duzentos milhões do seu bolso".

Seguro obrigatório é aquele seguro que somos obrigados a pagar quando emplacamos o nosso carro.

A revista traz o Estado do Paraná como sendo um dos Estados onde se aplica o golpe do seguro obrigatório. E os membros da Comissão de Segurança desta Casa receberam documentos, que eu, na condição de Presidente desta Comissão, recebi de algumas pessoas que queriam denunciar o IML da Capital aqui do Estado.

Confesso que estou assustadíssimo. Vou mostrar para todos uma cópia, e a nossa Comissão vai ouvir daqui a pouco quatro médicos, vou mostrar aqui de longe a cópia do livro do IML do Paraná. Laudo 422: num determinado dia, deu entrada naquele órgão o corpo de Antonio Luiz Soares. O médico legista, Doutor Nizan Pereira, que é uma pessoa séria, que já foi Secretário de Saúde de Curitiba, Secretário de Saúde do Estado do Paraná, de plantão, atestou que o Senhor Antonio Luiz Soares morreu de um infarto do miocárdio na sua residência. Está aqui o atestado assinado pelo médico de plantão.

Pasmem vocês, os membros da Comissão de Segurança Pública têm a cópia desses documentos, onde entra a indústria para fraudar o seguro obrigatório.

Prosseguindo aqui com a leitura dos documentos, vemos que o nome de Antonio Luiz Soares, aparece num outro documento do IML, já não com o nº 422, mas com o número de laudo 2869/96 - o nome continua o mesmo, Antonio Luiz Soares - porém, o Senhor Antonio Luiz Soares nesse laudo, assinado por dois médicos, morreu de atropelamento.

Por quê isso? Para se fraudar o seguro obrigatório!

Quero lembrar aos Senhores Deputados: quem não sabe, cada seguro obrigatório é de R\$5.080,00. A informação que a Presidência da Comissão de Segurança recebeu nesta Casa dá conta que seriam fabricados aqui em Curitiba, e teria como foco o Instituto Médico Legal, seis laudos iguais a esse por dia.

Se fizermos uma conta rapidamente, vamos ter a quantia de R\$30.000,00 por mês, ao final de 30 dias, vamos ter R\$900.000,00; ao final de um ano, 10 milhões de reais.

Há informações que a Comissão recebeu, aí a Comissão vai ter que ir atrás, dar conta, que essa quadrilha viria a agir, estaria agindo há cerca de seis anos. É o prêmio da Mega Sena, que qualquer brasileiro quer ganhar.

Se não bastasse um simples caso de infarto do miocárdio que sai em atropelamento. Quero mostrar para vocês três casos apenas para poder mostrar aos senhores. Tenho vários casos. Primeiro: Caso de uma moça de uma doença raríssima, uma doença de nome porfíria. Essa menina morreu no Hospital Evangélico, estava internada, a mãe acompanhou a agonia da filha, durante 2 anos. A

menina faleceu no Hospital Evangélico, no dia 22 de junho de 1999. Tenho comigo o atestado de óbito legítimo, dando conta que a menina morreu de porfíria. Porém, pasmem, tenho um laudo do Instituto Médico Legal, dizendo que essa menina, Noemi dos Santos, não morreu de porfíria, ela morreu num acidente de trânsito um ano antes de morrer. Um ano antes! A menina passou um ano todo, todo o ano, dada como morta pelo órgão oficial do Estado. Estou mostrando uma cópia do documento. Para quê isso? Para receber o seguro obrigatório.

Agora, o mais grave: quero pedir aqui, Presidente, para que esta Casa estabeleça uma vigilância.

O mais grave é este caso, que chega a ser cômico.

Segundo: o Instituto Médico Legal, no dia 10 de agosto de 1998, recebeu naquele órgão o corpo de um cidadão de nome Paulo Prussak, vindo do Hospital do Trabalhador. Isto que estou mostrando é a cópia do livro de Medicina Legal. No livro de Medicina Legal, no IML tem o número já, que sai o número do Laudo 1194, no caso de Paulo Prussak.

O Senhor Paulo Prussak, segundo o Instituto Médico Legal, morreu num atropelamento na BR-116, as 17:00 horas, levado ao Hospital do Trabalhador, não resistiu e morreu. O corpo dele foi levado ao necrotério do Instituto Médico Legal.

Vou mostrar a vocês, esta é a cópia do livro de Medicina Legal, dando entrada do corpo de Paulo Prussak. Aqui estou mostrando a vocês a liberação do Instituto Médico Legal para a Prefeitura de Curitiba, que sepultou o corpo como se fosse carente.

Tenho aqui este documento e quero fazer um alerta, os membros da Comissão ainda não dispõem, recebi há 4, 5 dias. Vocês irão receber. Tenho aqui o carimbo da funerária que sepultou o corpo do Senhor Paulo Prussak. O corpo foi liberado para a Funerária São Francisco, o motorista Sérgio Oliveira V. de Souza, RG, o veículo está aqui, sepultado sem velório. Porque eles demoraram para achar a família. Saiu do IML e foi direto para o cemitério. Diz aqui: o Hospital do Trabalhador, acidente de trânsito, velório direto, sepultado no Parque São Pedro. Agora, estamos aqui vendo um cidadão morto. Paulo Prussak está morto? Engano nosso, Paulo Prussak está vivo! Paulo Prussak está vivinho da silva!

Não precisa ir longe, a falcatrúea é tamanha no Instituto Médico Legal, que um outro órgão da Polícia Civil desmente o Instituto Médico Legal. Tenho comigo, vou passar para os senhores uma cópia do Instituto de Identificação do Estado do Paraná, feita a impressão datiloscópica, do corpo e comparado com o do Senhor Paulo Prussak. Ele diz: Paulo Prussak está vivo. Aquele corpo não é de Paulo Prussak. Mas, enterraram um corpo não identificado, como sendo do cidadão de nome Paulo Prussak, para quê? Para receber o seguro obrigatório!

Aí, vou mais longe: a coisa é muito mais grave, séria. Por quê? Porque pode perfeitamente se estar escondendo um caso de assassinato.

Mas, que é que sabe hoje aqui, no Estado do Paraná, qual o corpo que está enterrado, naquela sepultura de número 59, que o Instituto Médico Legal libera os documentos, dizendo que é o Paulo Prusak e provo que não é. Estou assustado. Mandeí cópia do documento para o Ministério Público, que me garante que deve exumar o corpo nos próximos dias, para poder fazer uma comparação e para que saibamos de quem é aquele corpo que está enterrado. Confesso que o caso é um caso rumoroso e chegou também à Presidência dessa Comissão uma outra denúncia envolvendo o IML, de que meninas entre 13 e 17 anos, estupradas e violentadas, seriam examinadas no IML não de uma maneira muito normal. Confesso que quando ouvi a denúncia - e tenho duas meninas em casa custei a acreditar, até como ser humano porque a maldade é muito grande e a gente chega a duvidar que isso pode acontecer com um ser humano. Fui ouvir três meninas, de uma relação de seis nomes que me passaram.

Não vou pormenorizar, Senhor Presidente, o que acontece num consultório médico, quando um médico é determinado para fazer o exame de conjunção carnal numa adolescente de 14 anos que foi estuprada, que foi violentada no meio do mato por um desconhecido, enfim, das maneiras mais absurdas e terríveis possíveis. Confesso, como ser humano, fui atrás e tenho gravado o depoimento das meninas e quero exibir hoje, para os membros da nossa Comissão para que a Comissão pense e todos possamos pensar e falo ao Líder do Governo, qual o caminho que a Comissão deve tomar com relação ao Instituto Médico Legal. Confesso que estou tenso, porque há um questionário que a gente tem que seguir. A ética médica manda e eu conversei com o CRM.

Diz que o médico legista tem que dirigir algumas perguntas à menina estuprada. Por exemplo:

“Você foi violentada mesmo?”

“ _ Claro que fui”.

“Houve a violência sexual, anal ou não houve?”

São perguntas que o médico legista tem que fazer. Mas daí o médico legista olhar para uma criança de 13 anos e perguntar: “Você gostou?”, “Era grande?”

Presidente, me perdoe e em sinal de respeito aos senhores e em sinal de respeito a esta Casa, não vou continuar com o questionário feito por esse cidadão no Instituto Médico Legal.

Concedo aparte ao Deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri

Deputado Ricardo Chab ouvi atentamente o seu pronunciamento e fiquei estarecido. É um assunto da mais alta gravidade essa denúncia que Vossa Excelência traz a esta Casa e gostaria de fazer uma sugestão.

Primeiro, não sou expert no assunto e não sei dizer se o Instituto Médico Legal é subordinado à Secretaria de Segurança, mas se for, gostaria de fazer uma pergunta, para depois continuar esse aparte. Vossa Excelência já comunicou e já passou esses dados ao Secretário de Segurança?

O SR. RICARDO CHAB

As pessoas que trouxeram esses documentos, trouxeram, na verdade à Comissão de Segurança Pública da Casa. Já encaminharam para o Secretário, para o Ministério Público e para o Governador do Estado.

O Sr. Cezar Silvestri

Mas Vossa Excelência como Presidente da Comissão, não enviou, ainda?

O SR. RICARDO CHAB

Não, não. Eles já haviam encaminhado. No mesmo dia que encaminharam a esta Casa, encaminharam às autoridades que fiz referência.

O Sr. Cezar Silvestri

A sugestão que gostaria de fazer é de que a Comissão convocasse ou convidasse o Secretário de Segurança para que viesse tratar desse assunto na Comissão de Segurança e dentro dessa exposição que Vossa Excelência faz, Vossa Excelência citou duas vezes que dois médicos haviam assinado esse laudo e não quis, talvez por precaução, citar o nome desses médicos, mas acredito que dentro da Comissão de Segurança esse assunto tem que ser esclarecido, e na minha avaliação, de imediato, o Secretário de Segurança tem que afastar o Presidente do Instituto Médico Legal do Estado do Paraná, para que esse fato possa ser apurado, porque não podemos ficar assitindo essas denúncias, da maior gravidade.

Conheço Vossa Excelência, sei da sua responsabilidade e sei que se Vossa Excelência está apresentando, deve já ter feito investigações preliminares para constatar a veracidade desses fatos.

Não podemos aceitar que pessoas como essa que Vossa Excelência nos apresenta, que preside um órgão importante como o IML, continue à frente desse órgão. Ele tem que ser afastado e essas denúncias devem ser apuradas para que possamos punir os verdadeiros culpados.

O SR. RICARDO CHAB

A Comissão vai se reunir agora, vamos ouvir 4 médicos, inicialmente, são médicos que trabalham no Instituto Médico Legal e vamos saber se este procedimento que tenho aqui é um procedimento normal. Para sabermos como é que funciona, como faz o médico legista de plantão. Porque aqui, rapidamente olhando, temos um médico que faz autópsia em corpos que são vítimas de morte natural - que chamam de Serviços de Verificação de Óbito - SVO, que, de repente, passam a assinar uma autópsia de um corpo vítima de um acidente de trânsito, medicina legal. É uma confusão.

É por isso que quero inclusive colocar aqui, que, a princípio dá a entender, que temos no IML - posso estar errado - pelos documentos que tenho, tenho quase certeza absoluta que tem lá uma quadrilha de gente especialista

em fraudar laudos. Não entendo. Confesso para vocês que não sei o que é um exame "tanatológico".

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Peço escusas aos Deputados que estão pedindo apartes, porque o Deputado já passou mais de 5 minutos do seu tempo. Isto porque é um assunto polêmico e temos Sessões Extraordinárias na sequência.

O SR. RICARDO CHAB

Só quero conceder um aparte ao Deputado Tiago Amorim.

O Sr. Tiago Amorim

Acredito, caro Deputado Ricardo Chab, que esse é um dos pontos mais palpitantes. E nós, que convivemos na área de segurança pública sabemos dessa realidade e o Paraná, com certeza, através deste seu posicionamento e da Assembléia Legislativa vamos poder desvendar uma série de outros fatos horripilantes como este que vão, com certeza, pipocar no Estado do Paraná. Temos certeza que vamos colocar em pratos limpos esta questão que envolve pessoas idôneas do Paraná, que envolve pessoas simples que estão sendo usadas por esta quadrilha que está roubando o dinheiro do povo. Vossa Excelência está de parabéns, e conte comigo, também, como integrante da Comissão de Segurança Pública do Estado do Paraná nesta Casa.

O SR. RICARDO CHAB

Só para concluir. Convido os membros da Comissão de Segurança, mas se o titular não puder ir que o Partido indique o suplente, para que possamos dar aí, o primeiro passo para a gente apurar e desvendar o que acontece no IML.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

No Horário da Liderança do PDT, concedo a palavra ao Deputado Edgar Bueno.

O SR. EDGAR BUENO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os últimos acontecimentos com referência ao narcotráfico, com referência à sonegação fiscal e à lavagem de dinheiro, lavagem de dinheiro, levaram a um acontecimento lamentável ontem no Município de Cascavel. Bombas enviadas pelo Correio, duas, foram detectadas pela Polícia Federal com endereço ao Procurador da República Celso Antônio Três. Pois bem, essa é uma das autoridades que têm trabalhado neste processo de sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e narcotráfico e isso tem levado a algumas consequências. Há não mais de 3 meses o seu carro na frente da sua residência foi alvejado por tiros de espingarda doze. Quer dizer, todos esses lamentáveis acontecimentos fazem com que o Procurador da República Celso Antônio Três antecipe a sua transfe-

rência do Município de Cascavel para Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul.

Isso me motivou, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a fazer um requerimento para que esta Casa se manifeste junto aos 30 Deputados Federais da Bancada do Paraná, para que crie a Delegacia da Polícia Federal em Cascavel. E faço isso com a seguinte justificativa.

Em duas ocasiões, na manhã de hoje, novamente tivemos o prazer de ouvir as lições jurídicas em defesa das causas públicas manifestadas pelo procurador da República em Cascavel/PR Dr. Celso Antonio Três, nas entrevistas que este concedeu às prestigiosas rádios Exclusiva e CBN, a despeito de ameaças e atentados de que tem sido vítimas. O assunto abordado nas entrevistas com o Procurador não poderia ser outro senão exatamente este das investigações e do trabalho sério que realiza. A propósito transcrevemos algumas manchetes noticiadas na imprensa da região no dia de hoje: "Peritos da PF explodem pacotes enviados a Três" (jornal Gazeta do Paraná); "PF detona carta enviada a Três" (jornal O Paraná); "Federal explode pacote com bombas" (jornal A Cidade); "Suspeita de bomba enviada ao Procurador mobiliza a Polícia" (Jornal Hoje).

Das declarações que o Procurador da República prestou em suas recentes entrevistas, chamou-nos atenção o alerta que fez quanto à necessidade da instalação de um posto da Polícia Federal em Cascavel, dada a sua importância do ponto de vista geográfico, de localização estratégica à prática de delitos federais que muitas vezes carecem de um acompanhamento mais constante da Polícia Federal enquanto instituição responsável para coibir crimes como tráfico de drogas e sonegação fiscal. Aliás, sobre este último tema, o Dr. Celso Antônio Três não cansa em denunciar: "Eu estive em Brasília dias antes de ser avisado sobre as cartas-bombas e fiz relatos sobre um estrondoso esquema de sonegação fiscal, que chegou aos 127 bilhões de reais. Isso com certeza incomodou pessoas no Brasil inteiro, por isso foi tomado um cuidado maior com relação a essas correspondências".

Essas questões, da sonegação e do tráfico de drogas, realmente preocupam a população de Cascavel e do Oeste paranaense. A nossa cidade, historicamente, tem sido marcada pela queima de arquivos (já houve a queima da Prefeitura e do Fórum), por pessoas envolvidas diretamente ou cúmplices de falcatruas e atos ilícitos. É urgente, portanto, que a Assembléia Legislativa e as autoridades federais do Paraná cooperem para darmos um basta nesta situação. As ameaças contra o procurador Celso Antônio Três constituem-se sinais evidentes de que essas forças do mal tramam para pôr termo às ações de ilustre homem público.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, essa reivindicação que faço é necessária para que Cascavel e região possam receber a Polícia Federal, a delegacia da Polícia Federal, para que situações delicadas como estas, que bandidos, delinquentes, calam autoridades que pretendem passar a limpo este país.

Com a palavra o Deputado Tiago Amorim.

O Sr. Tiago Amorim

Obrigado Senhor Deputado Edgar Bueno, quero informar a Vossa Excelência que na semana passada, a nossa Comissão Especial de Investigação do Narcotráfico esteve na cidade de Cascavel, o nosso Presidente Deputado Ângelo Vanhoni, nosso Vice-Presidente Deputado Algaci Túlio, e lá, ouvindo atentamente o Procurador da República, Celso Três, nos repassava documentos importantes e, em ato contínuo nos passava também, Senhor Presidente, a reivindicação para que uníssemos nossas forças políticas do Oeste do Paraná, para que levássemos à Cidade de Cascavel uma Delegacia de Polícia Federal porque trata-se de uma cidade importante na fronteira do Paraná com o Mato Grosso e o Paraguai.

E, acima de tudo queremos sim, utilizar este meio através das nossas forças políticas para que possamos fazer o que fizemos semana passada na Cidade de Cascavel: inauguramos uma Delegacia de Antitóxicos, que já está colocando na cadeia traficantes que estavam vendendo cocaína para os filhos de Cascavel e do Oeste do Estado do Paraná.

Temos certeza Deputado Edgar Bueno que este documento que Vossa Excelência, encaminha neste momento é de suma importância e só vem reforçar ainda mais a nossa luta em conjunto em defesa dos interesses da população de Cascavel e do Oeste do Paraná. Temos certeza que este objetivo será alcançado pois também esta Comissão Especial da Casa tem trabalhado em todos os sentidos para que possamos atingir este objetivo e instalar uma delegacia que possa dar resposta nesta área do narcotráfico com esta Delegacia de Antitóxicos está dando.

Cascavel é a quinta cidade do Paraná, uma cidade que cresce dia após dia e já está demais para que seja instalada uma Delegacia da Polícia Federal.

Acredito nesta união das forças políticas porque neste momento não existe cor partidária, existem, sim, os interesses da população de Cascavel e do Oeste do Paraná.

O SR. EDGAR BUENO

Agradeço o aparte do Deputado Tiago Amorim, assim como pelo apoio à causa.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

A Mesa registra a presença do Diretor da Escola João Z. Paraná,

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ricardo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Edgar Bueno, Hermas Brandão, Nelson Garcia e Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 462/99, de autoria do Deputado Duílio Genari, que autoriza o Poder Executivo a criar, através do DETRAN, a Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN) no Município de Corbélia. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 462/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, através do Departamento de Trânsito - DETRAN/PR, a Circunscrição Regional do Trânsito (CIRETRAN) no Município de Corbélia.

Parágrafo Único - Ficam incluídos os Municípios de Anahy Braganey e Iguatu, na área da abrangência do CIRETRAN do Município de Corbélia.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 01.12.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

ANTONIO BARATTER - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 465/99, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que autoriza o Poder Executivo a criar na estrutura da Secretaria de Segurança Pública, uma Delegacia da Mulher no Município de União da Vitória. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 465/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública, uma Delegacia da Mulher no Município de União da Vitória.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 02.12.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 490/99, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a doar um lote de terreno para a Pastoral da Criança do Município de Pérola D'Oeste. **Aprovado.**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 583/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Funcionários da Creche Municipal Cassiopéia - APFCMC, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 143/97, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que determina que as Câmaras Municipais e a Assembléia Legislativa do Estado sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos estaduais para os municípios e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.** Anexo ao Projeto nº 215/97, de autoria do Deputado Basílio Zanusso.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 143/97.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 513/99, de autoria da Deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública o Projeto Vida - Amparo Social aos Carentes de Maringá, com sede e foro no Município de Maringá. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 565/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de General Carneiro, com sede no Município de General Carneiro e Foro no Município de União da Vitória. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 594/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública o Clube dos XV - Clube Esportivo e Recreativo Veteranos de Dois Vizinhos, com sede e foro no Municí-

pio de dois vizinhos. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 601/99, de autoria do Deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva, Recreativa e Cultural 19 de julho (SERC 19 de julho), com sede e foro no Município de Itaipulândia. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..**

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Ademir Bier, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO PROJETO DE LEI Nº 601/99

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 601/99, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública, a Sociedade Esportiva, Recreativa e Cultural 19 de julho (SERC 19 de julho), com sede no Município de Itaipulândia/Paraná e foro no Município de São Miguel do Iguaçu/Paraná.

Sala das Sessões, em 07.12.99.

(a) ADEMIR BIER

Apoiamento:

Waldyr Pugliesi, Hermes Fonseca, Orlando Pessuti e Luiz Carlos Zuk.

O projeto retornará à C.C.J. para parecer.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 026/99, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que estabelece plano de comprometimento da renda para contratos de financiamentos habitacionais pela COHAPAR e COHABS, e dá outras providências. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 08 de 01.03.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 026/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, tem por objetivo estabelecer Plano de Comprometimento da Renda para contratos de financiamento habitacionais pela COHAPAR e COHABS, e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 20.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 026/99, para que tramite na Comissão de Finanças. **Aprovado.**

O SR. ADEMAR TRAIANO (Pela Ordem)

Senhor Presidente, entendo que o projeto de autoria do Deputado Orlando Pessuti, é um projeto de alto alcance social ao Paraná e de forma especial a todos aqueles que contraem dívidas com organismos financeiros tais como: COHAPAR e tantos órgãos vinculados, o próprio Governo com relação a construção de casas populares. Tomamos a iniciativa e até no entendimento do Deputado Pessuti de solicitarmos de que esse projeto seja encaminhado antes da sua votação da Constitucionalidade para a Comissão de Finanças para que possamos analisar com mais cautela e quem sabe melhorarmos ainda a qualidade do projeto.

Esse pleito foi feito de comum acordo com o Deputado Orlando Pessuti, a quem consultamos nesse momento para que se manifeste sobre o encaminhamento desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Em votação o requerimento do Deputado Traiano. Senhores Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão. **Aprovado.** Fica portanto adiada a discussão do Projeto de Lei nº 026/99. O projeto vai para a Comissão de Finanças.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 171/99, de autoria do Deputado Carlos Simões, que concede o Título de Cidadão Benemérito, ao Sr. Quielse Crisóstomo da Silva. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovada.** (Publ. no DA nº 26 de 14.04.99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 171/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Carlos Simões, tem por objetivo conceder o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Senhor Quielse Crisóstomo da Silva.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 17.08.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 424/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que cria o Núcleo Regional de Educação em Jaguariaíva. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E C.E.C.E. (Publ. no DA nº 93 de 12.08.99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 424/99

P A R E C E R :

A proposição do Deputado Beto Richa tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a reestruturar o modo pelo qual se reúnem os municípios em relação à estrutura desconcentrada da Secretaria de Estado da Educação, representada pelo novo Núcleo Regional de Educação, localizado em Jaguariaíva.

Por essa sua característica autorizatória, o projeto não apresenta óbices de natureza constitucional ou legal, razão pela qual opino favoravelmente a sua regular tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.08.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 424/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Ilustre Deputado Beto Richa, tem por finalidade criar o Núcleo Regional de Educação em Jaguariaíva.

Procedida a análise da matéria, verificamos que o Núcleo Regional de Educação de Wenceslau Braz, criado no ano de 1991, dividindo o Núcleo Regional de Educação de Jacarezinho e mais três cidades que pertenciam ao NRE de Ponta Grossa, foi criado naquela Cidade por ser a mesma melhor localizada geograficamente, conforme mapa em anexo, que comprova que as distâncias entre os Municípios pertencentes àquele Núcleo e o Município de Wenceslau Braz são menores que as distâncias entre os mesmos Municípios e o Município de Jaguariaíva. Os já referidos Municípios são: Arapoti, Ibaiti, Jaboti, Jaguariaíva, Japira, Pinhalão, Quatiguá, Salto do Itararé, São José da Boa Vista, Sengés, Siqueira Campos, Tomazina e Wenceslau Braz.

Ainda, o referido Núcleo conta com os cargos em Comissão de Chefe do Núcleo Regional, Símbolo DAS-5 e Assistente, 2-C. Além disso, conta com 30 professores na área pedagógica e mais 8 servidores na parte administrativa, totalizando um suprimento de 1320 horas. Todos estes profissionais residem em Wenceslau Braz e, caso ocorra a mudança da sede do NRE para Jaguariaíva, serão devolvidos às suas lotações de origem, onde outras

peças se encontram contratadas para substituí-los e estas terão que ser dispensadas.

Por outro lado, em Jaguariaíva o mesmo número de professores e funcionários necessários para o suprimento de funções do NRE terá que ser afastado de suas funções nas escolas, também com o conseqüente ônus da substituição.

Ainda, em Wenceslau Braz, o NRE está instalado em prédio cedido pelo Município, sem despesas para o Estado. Já, em Jaguariaíva, se o mesmo não ocorrer, a SEED terá que alugar um imóvel para a instalação do NRE (ônus de mais ou menos R\$2.000,00 mensais).

Diante do exposto, e pela comprovação de aumento de ônus para o Governo do Estado com a referida mudança, bem como de dificuldades diversas trazidas aos Municípios que estarão mais distantes do novo Núcleo, somos de parecer contrário ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 24.08.99.

(aa) ANTONIO ANNIBELLI - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

Em votação.

Para encaminhar o Deputado Hermes Fonseca.

O SR. HERMES FONSECA (Para Encaminhar)

Gostaria que o Sr. me informasse, na Pauta de hoje, diz que o Projeto 424/99 tem parecer favorável da Comissão de Educação Cultura e Esporte. Na verdade esse parecer é contrário.

Estamos lendo aqui o texto e esta Comissão deu um parecer contrário a este projeto.

Gostaria que a Mesa confirmasse.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Vossa Excelência corrige um erro de Paula, na verdade o parecer da Comissão de Educação Cultura e Esporte firmado pelo Deputado Algaci Tulio que é o Relator do parecer está a dar parecer contrário no presente projeto de lei.

Em razão do parecer contrário da Comissão a votação será efetuada de forma Inversa:

Para Encaminhar a votação o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)

Desde que esse projeto foi apresentado pelo Deputado Carlos Alberto Richa, nós temos recebido de lideranças educacionais, políticas e comunitárias da região do Norte Pioneiro. Manifestação e apelo no sentido de que não aproveamos este projeto que pretende na sua essência transferir a sede do Núcleo Regional de Educação existente no Município de Wenceslau Braz, criado e instalado no ano de 1991 para o Município de Jaguariaíva.

As alegações todas elas são decorrentes de critério técnicos onde demonstram as pessoas que nos procuraram em especial a professora Carolina, hoje Prefeita de Wenceslau Braz outrora chefe do Núcleo Regional de Educação de Wenceslau Braz, dando conta do grau de dificuldade que será atribuído às pessoas, professores, alunos e comunidade, que demandarem algum tipo de atendimento do Núcleo Regional de Educação daquela região, se transferido para a Cidade de Jaguariaíva.

Cita a eminente Prefeita, Carolina Batista de Souza, em ofício encaminhado à Secretaria da Educação em correspondência enviada a todos nós, Parlamentares desta Casa, anexo ao qual também se junta abaixo-assinado de diversas pessoas, cita ela o seguinte:

Ibaiti a Wenceslau Braz	53 Km	Ibaiti a Jaguariaíva	108 Km
Jaboti a Wenceslau Braz	47 Km	Jaboti a Jaguariaíva	102 Km
Japira a Wenceslau Braz	39 Km	Japira a Jaguariaíva	94 Km
Pinhalão a Wenceslau Braz	34 Km	Pinhalão a Jaguariaíva	89 Km
Salto do Itararé a Wenceslau Braz	45 Km	Salto do Itararé a Jaguariaíva	100 Km
Santana do Itararé a Wenceslau Braz	32 Km	Santana do Itararé a Jaguariaíva	87 Km
S. João da Boa Vista a Wenceslau Braz	18 Km	S. João da Boa Vista a Jaguariaíva	73 Km
Siqueira Campos a Wenceslau Braz	25 Km	Siqueira Campos a Jaguariaíva	80 Km
Quatiguá a Wenceslau Braz	46 Km	Quatiguá a Jaguariaíva	101 Km
Tomazina a Wenceslau Braz	19 Km	Tomazina a Jaguariaíva	74 Km
Arapoti a Wenceslau Braz	39 Km	Arapoti a Jaguariaíva	20 Km
Sengés a Wenceslau Braz	82 Km	Sengés a Jaguariaíva	35 Km
Jaguariaíva a Wenceslau Braz	55 Km		

Vejam, Senhores Deputados, que na grande maioria dos municípios, os usuários do Núcleo Regional de Educação de Wenceslau Braz, caso transferido para Jaguariaíva serão prejudicados os usuários, porque a distância aumenta, pelo menos o dobro e o princípio da descentralização, da regionalização administrativa do Estado que foi historicamente definida pela Secretaria do Planejamento, sempre buscou a descentralização, a regionalização das atividades públicas estaduais, colocar o serviço público mais próximo e mais perto do seu usuário. Tanto foi assim que se criou o Núcleo Regional de Educação em Ivaiporã, à época, criando-se também em Apucarana.

Posteriormente, num trabalho desenvolvido pelo Deputado Renato Adur com o esforço pessoal do Deputado Cezar Silvestri e nosso também, criou-se o Núcleo Regional de Educação de Pitanga para que os municípios mais próximos de Pitanga, para que os professores, alunos, trabalhadores em educação da região de Pitanga, não tivessem que se deslocar ou a Guarapuava, percorrendo uma distância grande ou a Ivaiporã, percorrendo distância maior ainda. Posteriormente, num trabalho que contou com a determinação do Deputado Nereu Moura, conseguimos aqui, junto com o Deputado Cezar Silvestri, Deputado Adur, criar também, a Região Administrativa do Médio Centro-Oeste do Paraná, com sede em Laranjeiras do Sul e ali também se instalou o Núcleo Regional de Educação para, justamente, dar melhor condição de atendimento.

Então vejo, Deputado Beto Richa, que ao invés de transferirmos o Núcleo Regional de Educação de Wenceslau Braz, o que deveríamos fazer sim, era criar um Núcleo Regional de Educação em Jaguariaíva, fazendo uma repartição desses municípios hoje pertencentes a Ponta Grossa, pertencentes a Wenceslau Braz, de forma que pudéssemos dar uma melhor qualidade no atendimento dado a um menor número de municípios e não prejudicarmos, evidentemente, a esses municípios hoje vinculados a Wenceslau Braz, obrigando-os a percorrer distância superior ao dobro que percorrem hoje.

Então, é um apelo que faço, no sentido de que possamos pensar a discussão e a votação desse projeto. Mesmo estando ele na sua discussão de constitucionalidade. Evidente que a constitucionalidade não se pode questionar, mas como nós, pessoalmente, e a recomendação que fazemos aos nossos Parlamentares, não discutimos isso em Bancada, evidentemente, não existe questão fechada. Cada um poderá se manifestar de acordo com o seu entendimento. Mas, pessoalmente, não me sinto em condição de votar favoravelmente a esta proposta. Mesmo na questão do mérito, votarei contrário, porque entendo que a transferência do núcleo de Wenceslau Braz irá prejudicar aos usuários desse núcleo e não está, evidentemente, em conformidade, de acordo com aquilo que estabeleceu, evidentemente, o plano de regionalização da educação e o plano de regionalização de todas as atividades.

Digo que, na constitucionalidade, não teríamos talvez o que questionar, mas tenho também alguma dúvida a respeito porque a própria Constituição quando fala nessa regionalização, quando fala dessa descentralização é evidente que ela busca, com isso, estabelecer critérios que levem o serviço público mais próximo. Se estamos levando o serviço público para mais longe estamos, também, de certa forma contrariando o que diz a nossa Constituição.

Por esta razão, já disse ao Deputado Beto Richa, o meu voto é contrário a este projeto porque entendo que ele sacrifica um grande número de municípios e o caminho mais correto seria de criarmos um núcleo regional de Jaguariaíva ao invés de transferirmos o de Wenceslau Braz para Jaguariaíva. Portanto meu voto é contrário e apelo aos Senhores Deputados que também entenderam desta forma que votem contrário ao Projeto 424/99.

O SR. PRESIDENTE (Caio Quintana)

Continua em discussão o Projeto 424/99.

O SR. BETO RICH (Para discutir)

Senhor Presidente, Senhores Deputados meu encaminhamento é favorável a este projeto, pois é de minha autoria, mas antes quero tecer algumas considerações com relação a esta nossa iniciativa. Primeiro dizer que o Núcleo Regional de Educação já pertenceu a Jaguariaíva no passado e que diante de um acordo político de algumas lideranças de Wenceslau Braz, no passado, foi transferido esse núcleo a Wenceslau Braz. Então nós estamos retomando o Núcleo que já pertenceu a Jaguariaíva. Em segundo lugar: dizer que não terá ônus algum a mais para o Estado. Porque o Prefeito de Jaguariaíva assume o compromisso de dar a melhor estrutura possível e funcional para a instalação do Núcleo daquele município. Em Wenceslau Braz, inclusive, pagava-se aluguel do prédio onde era instalada a sede do Núcleo. E depois percebendo-se a eminência da perda da Sede do Núcleo de Wenceslau Braz, aí sim passou-se a não pagar mais - o Estado, o aluguel pela instalação que o Núcleo abrigava.

E as lideranças políticas dessa região e também dizer ao Deputado Orlando Pessuti que trouxe aqui a preocupação de que aumentaria, sobremaneira, a distância dos municípios que hoje estão no Núcleo de Wenceslau Braz a Jaguariaíva, dizer que as distâncias não são bem essas. Aumenta alguma coisa, mas vários municípios que estão aqui, o dobro, quase o triplo da distância, acho que foi pego uma estrada que é muito mais longa do que o caminho mais curto evidentemente. E que eu como representante da região do norte pioneiro tenho estado em contacto permanente com lideranças políticas e com Prefeitos daquela região, e posso atestar que a maioria das lideranças concordam com a mudança de núcleo da sede para Jaguariaíva.

Eu que tenho participado de quase todas as regiões mensais da Associação dos Municípios do Norte Pioneiro, e tenho estado em contacto permanente com esses

Prefeitos, ao lado também do Deputado Hermas Brandão, e que sabe que essas lideranças não tem nada a se opor com relação a mudança de núcleo.

Talvez dizer que Jaguariaíva é um município maior que Wenceslau Braz. Jaguariaíva no último senso contava com 31.600 habitantes, ao passo que Wenceslau Braz conta com 19.400 habitantes. E a questão da distância, Deputado Orlando Pessuti, com todo o respeito que tenho por V. Exa., sei que o senhor é detentor do quinto mandato como Deputado Estadual, e que é um Deputado atuante, e que circula por todas as regiões deste Estado, e conhece muito bem as distâncias, eu quero dizer a V. Exa. que já analisei também a questão da distância, e que se formos pensar desta maneira, que a sede do núcleo não pode se instalar no Município de Jaguariaíva em função da distância, então quero dizer a V. Exa. que vamos ter que rever mais de 70% das sedes de núcleos regionais do Estado do Paraná, porque a grande maioria das sedes de núcleos não estão localizadas ou situadas no centro do núcleo regional.

Por exemplo, Rio Negro está a 100 Km de Curitiba, então a sede do núcleo não poderia ser na capital; Guaraqueçaba, está a 129 Km de Paranaguá, sendo que 80 Km de estrada de chão; Lupionópolis está 90 Km de Londrina; Altamira do Paraná, a 100 Km de Campo Mourão; Guaíra a 100 Km de Toledo; Palmas, a 80 Km de Pato Branco; Antonio Lito, a 90 Km de União da Vitória. Então, se for assim, nós teremos que rever mais de 70% da sede de núcleo do Estado do Paraná, e eu que represento a Região do Norte Pioneiro.

Quero aqui também dar o testemunho que Jacarezinho também não poderia ser sede de núcleo, Jacarezinho hoje abriga a grande maioria da sede de núcleos da região do Norte Pioneiro, a sede do núcleo do trabalho, do núcleo da agricultura, núcleo da educação, núcleo da saúde dentre tantos outros, então, a questão da distância, acredito que não seja determinante e tenho plenas convicções que o Município de Jaguariaíva, município que eu represento tem condições plenas de abrigar a sede do núcleo desses municípios que já foram citados, e tenho certeza, que o atendimento será de excelente qualidade e sem ônus para o Estado do Paraná. Então, esse é o nosso encaminhamento favorável e peço aos nobres colegas Deputados a compreensão de todos para que façamos esta transferência.

O SR. ALGACI TULIO (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Temos a responsabilidade na Comissão de Educação, de relatar os projetos que para ali são encaminhados

e com um cuidado muito grande diante de fazer o relatório e até uma determinação do Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, para que as Secretarias a que são determinados os projetos tenham parecer, e eu quero dizer, corroborando o que já disse o Deputado Orlando Pessuti, que a Secretaria do Estado de Educação, ouvida para que nós pudéssemos zanzar o nosso Parecer, passou as informações necessárias.

(Lê)

Curitiba, 19/08/99

Of. GS/SEED nº 2300/99

Referência: Projeto de Lei nº 424/99.

Senhor Deputado:

Com relação ao Projeto de Lei nº 424/99, de autoria do Deputado Estadual Beto Richa, cumpre-nos informar o seguinte:

- O NRE de Wenceslau Braz conta com os cargos em comissão de Chefe do Núcleo Regional, símbolo DAS-5 e Assistente, 2C.

Além disso, conta com 30 professores na área pedagógica e mais 8 servidores na parte administrativa, totalizando um suprimento de 1.320 horas.

Todos esses profissionais residem em Wenceslau Braz e, caso ocorra a mudança na sede do NRE para Jaguariaíva, serão devolvidos às suas lotações de origem, onde outras pessoas se encontram contratadas para substituí-los e estas terão que ser dispensadas.

Por outro lado, em Jaguariaíva o mesmo número de professores e funcionários necessários para o suprimento de funções do NRE terá que ser afastado de suas funções nas escolas, também com o conseqüente ônus da substituição.

- Em Wenceslau Braz, o NRE está instalado em prédio cedido pelo município, sem despesas para o Estado.

- Em Jaguariaíva, se o mesmo não ocorrer, a SEED terá que alugar um imóvel para instalação do NRE (ônus de mais ou menos R\$2.000.00 mensais).

- Os municípios que integram o Núcleo Regional de Educação de Wenceslau Braz são os seguintes: Arapoti, Ibaiti, Jaboti, Japira, Pinhalão, Quatiguá, Salto do Itararé, Santana do Itararé, São José da Boa Vista, Sengés, Siqueira Campos, Tomazina e Wenceslau Braz.

Cumpra ainda mencionar que a maioria dos municípios que integram o NRE: de Wenceslau Braz ficam mais distantes de Jaguariaíva, dificultando, em conseqüência, o acesso a essa cidade, caso concretizada a proposta, conforme comprova o quadro abaixo:

Ibaiti a Wenceslau Braz	53 Km	Ibaiti a Jaguariaíva	108 Km
Jaboti a Wenceslau Braz	47 Km	Jaboti a Jaguariaíva	102 Km
Japira a Wenceslau Braz	39 Km	Japira a Jaguariaíva	94 Km

Pinhalão a Wenceslau Braz	34 Km	Pinhalão a Jaguariaíva	89 Km
Salto do Itararé a Wenceslau Braz	45 Km	Salto do Itararé a Jaguariaíva	100 Km
Santana do Itararé a Wenceslau Braz	32 Km	Santana do Itararé a Jaguariaíva	87 Km
S. João da Boa Vista a Wenceslau Braz	18 Km	S. João da Boa Vista a Jaguariaíva	73 Km
Siqueira Campos a Wenceslau Braz	25 Km	Siqueira Campos a Jaguariaíva	80 Km
Quatiguá a Wenceslau Braz	46 Km	Quatiguá a Jaguariaíva	101 Km
Tomazina a Wenceslau Braz	19 Km	Tomazina a Jaguariaíva	74 Km
Arapoti a Wenceslau Braz	39 Km	Arapoti a Jaguariaíva	20 Km
Sengés a Wenceslau Braz	82 Km	Sengés a Jaguariaíva	35 Km
Jaguariaíva a Wenceslau Braz	55 Km		

Por todo o exposto, manifesta-mos contrariamente ao Projeto de Lei nº 424/99.

Atenciosamente,

MARIO LOPES FILHO

Secretário de Estado da Educação Substituto

O Deputado Beto Richa disse que estas distâncias possivelmente foram pegas em estradas de ferro com muitas curvas mas, quem está colocando aqui o distanciamento de uma cidade para a outra não é o parecer do Deputado Algaci Túlio e sim o parecer da Secretaria da Educação.

O Deputado Algaci Túlio, escalado para ser o Relator da matéria, fez o seu relatório baseado nesta informação da Secretaria de Educação, baseado na manifestação da Prefeita de Wenceslau Braz, baseado na manifestação da Câmara Municipal de Wenceslau Braz que é informada por Vereadores do PFL, PTB, PRP, PSB, PL e outros partidos. Baseado ainda em declarações dos Senhores Prefeitos.

Acredito na palavra do Deputado Beto Richa mas também quero colocar minhas palavras. Não fui o mais votado na Região do Norte Pioneiro mas tenho pelo menos maior votação em dois municípios e tenho votações pingadas em outros.

Não entrarei na questão eleitoral porque em Wenceslau Braz fiz mais voto do que o Deputado Beto Richa mas, é uma questão de lógica, aqui não está a questão eleitoral porque se for assim acredito que a proposta Deputado Beto Richa só tem um interesse: o interesse político. E, se esta Casa vai discutir a questão política evidentemente vai aprovar o projeto, agora, não sei então que papel faço eu na Comissão de Educação.

Os Prefeitos do Norte Pioneiro, aqui estão as assinaturas colocadas, já fazendo uma leitura dizendo da não concordância, falam aqui:

“Senhor Deputado, educação é nossa prioridade.

Por isso solicitamos e Vossa Excelência, o seu voto para permanência do Núcleo Regional de Educação do Município de Wenceslau Braz.

Certo de podermos contar com a atenção do nobre Deputado aproveitamos a oportunidade para renovar a nossa estima e consideração. Assinado aqui, Prefeito de Japira, se não me engano é o Prefeito Roni, que conheço bem, Prefeito de Quatiguá, Prefeito de Siqueira Campos, Prefeito de Pinhalão, Prefeito de Tomazina, Prefeito de Salto de Itararé, Prefeito de Ibaiti, Prefeito de Wenceslau Braz, Prefeito de São João da Boa Vista, Prefeito de Santana de Itararé.

Portanto, tenho o parecer baseado em documentos. Não inventei história nenhuma e nem estou discutindo a questão política do referido projeto. Tenho ainda, Senhores Parlamentares, também declarações e assinaturas de diretores de escolas de toda a região, de quase todos os municípios que estão envolvidos e atendidos pelo núcleo. Quer dizer, tudo foi devidamente documentado.

Então, eu queria dizer aos Senhores Parlamentares que eu acredito que encaminhando desta forma, com documentação, com lógica na questão de distância - não se discute aqui, não há o que se discutir, a distância é prova, aliás o próprio Deputado Beto Richa diz no início da sua falação que antes o núcleo pertencia a Jaguariaíva e que foi mudado para Wenceslau Braz.

Bom, se foi mudado para Wenceslau é porque estava muito distante, porque Wenceslau Braz está exatamente no meio. Então, ele mesmo, Deputado Beto Richa, corrobora esta preocupação minha, do Deputado Orlando Pessuti e demais Parlamentares.

Também mostrei aos senhores esta manifestação dos Senhores Prefeitos e evidentemente a exemplo de ontem, ontem me tornei antipático perante a bancada governista quando dei um parecer contrário ao projeto, aliás nem dei parecer, porque o projeto não passou pela Comissão de Educação do Deputado Tony Garcia e hoje eu sou o inimigo número um do litoral, colocado pela Coluna do jornalista Fábio Campana.

Ou a gente exerce a função com responsabilidade ou não.

Dentro do critério de análise, de dar parecer, consultando secretarias de Estado eu fiz este papel, somando a isto a manifestação de Prefeitos, de Diretores, de Vereadores, enfim, de comunidade escolar. eu acho que educação é uma coisa muito séria. Como disse ontem e repito, não se muda a educação por um projeto de lei, mas se muda pelo aprofundamento da discussão. Além do mais eu quero lembrar também aos Senhores Parlamentares que o núcleo regional de educação de Wenceslau Braz foi criado, eu até concordaria com o projeto de Vossa Excelência, Deputado Beto Richa, se ele ficasse apenas no item de criar o núcleo regional na cidade de Jaguariaíva. Mas quando Vossa Excelência fala em substituir o Decreto 1221 de 20 de 03 de 92, aí Vossa Excelência elimina, acaba com o núcleo de Wenceslau Braz e transfere para Jaguariaíva toda esta estrutura física, estrutura de pessoal também. E podemos até pensar nisto, quem sabe, para a frente. Mas veja aqui, Vossa Excelência elimina o Decreto que foi assinado no dia 21 de maio de 92 pelo já falecido e uma figura extraordinária que nos deixa muita saudade, que foi o professor, Pastor Elias Abrahão, que foi Secretário Estadual da Educação, foi ele e assinado pelo Governador da época, Mário Pereira e assinado pela chefe do núcleo da época, Carolina B. de Souza, que assinaram o decreto governamental.

Então, queria expor aos Senhores Parlamentares que mesmo sabendo que a votação, me parece, já se consolidada em apoio ao projeto do Deputado Beto Richa, eu estou aqui fazendo as colocações dentro de uma análise técnica, não entrando no aspecto político, pedindo aos Senhores Parlamentares reflexão, porque não pode se abrir, a partir deste momento, um precedente de que daqui para a frente não se tenha mais que respeitar o parecer de uma Secretaria, quando convocada para dar a sua orientação, especialmente a Bancada Governista, se deve ou não deve fazer o Parecer conforme pede a Secretaria. Então, quero deixar bem claro aqui que não é nada pessoal ao Deputado Beto Richa, não é nada na questão política, eu respeito a sua extraordinária votação, mas também estou aqui pedindo respeito àqueles que pedem para que não haja essa transferência.

Era só Senhor Presidente.

O SR. HERMES FONSECA (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o bom senso indica que nós devemos votar contra esse Projeto, porque mais importante que os interesses políticos são os desconfortos que a mudança do núcleo de Wenceslau Braz para Jaguariaíva iria trazer para toda a comunidade paranaense, aos diretores de escolas às prefeituras, que muitas vezes são elas que têm que arcar com os custos de transportes porque nós vamos aumentar consideravelmente as distâncias entre as cidades, e à nova sede pretendida de Jaguariaíva.

Peço então que se vote contra esse projeto, primeiro porque Wenceslau Braz está localizada geograficamente numa situação favorável em relação a Jaguariaíva.

Segundo de que os argumentos do Deputado Beto Richa, de que então outros núcleos também não satisfazem essa condição de distância, não podemos aceitar que por causa de um erro nós temos que cometer outros erros.

Consultamos, e eu quero dizer aqui que eu não sou insuspeito, porque não sou deputado da base governista, que conversei com diversos Prefeitos daquela região, até porque eu tenho uma convivência naquela região, em Wenceslau Braz principalmente, e muitos deles, e aí o Deputado Algaci Túlio mostrou o documento, me disseram pessoalmente que são totalmente contrários porque vão trazer uma série de transtornos aos seus municípios essa mudança.

Segundo, se nós tivermos bom senso, se nós estamos pregando aqui, e tem dito por diversas vezes que Governo não faz isso, ou deixa de fazer isso ou aquilo porque não tem dinheiro, nós não podemos concordar numa mudança em que vai trazer ônus para o Estado.

Wenceslau Braz comprou a parte superior do prédio que hoje está instalado o Banco do Brasil e cedeu gratuitamente ao Governo do Estado do Paraná para a instalação do núcleo, está lá sem ônus para o Estado. A mudança vai fazer com que também todas aquelas pessoas que hoje trabalham no núcleo retornem às escolas, haja todo um transtorno na comunidade escolar, e tem que se convocar novas pessoas, novos técnicos lá na Cidade de Jaguariaíva para atender as necessidades do núcleo.

Então, por uma questão de bom senso nós gostaríamos que os Deputados desta Casa, votassem contra esse projeto.

Muito obrigado.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Para Encaminhar).

Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Ouçoo com atenção esse debate, debate do qual se questiona e se discute uma região da qual como Parlamentar, como candidato, como Deputado também vim a ter uma votação expressiva.

E quero lhe dizer que a questão da distância entre um Município e outro, eu comparando a região, e ao Município do qual resido, Município de Ponta Grossa, fica bem claro que cidades que compõem o núcleo da Região de Ponta Grossa, pólo de Ponta Grossa, em cidades com mais de 100 quilômetros de distância.

O Município de Ortigueira faz parte da região de Ponta Grossa, o Município de Reserva, o Deputado Orlando Pessuti sabe que até pouco tempo atrás o Município de Cândido Abreu, a 160 quilômetros de Ponta Grossa, fazia parte da regional de Ponta Grossa, e vários outros Municípios que estão a uma distância significativa da cidade pólo Ponta Grossa.

Então, venho aqui a colaborar e analisando as distâncias do Município de Jaguariaíva com os demais municípios da região, a importância que tem esse Município

de Jaguaraíva e também num passado próximo ter sido Jaguaraíva uma cidade pólo, daquela região, do qual o núcleo de educação lá estava. Foi mudada pelo ex-secretário e depois Deputado Elias Abraão, que mudou para a cidade de Venceslau Brás. Em contrapartida falando politicamente recebeu apoio na campanha eleitoral. Todo o processo é técnico e ao mesmo tempo político e eleitoral.

Aqui, venho apoiar o projeto do Deputado Beto Richa, que traz para Jaguaraíva, que já foi num passado próximo uma cidade pólo.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Em votação o Projeto 424.

Chamo a atenção dos Srs. Deputados, para o disposto no Art.165, parágrafo único, com parecer contrário da Comissão de Educação. Votação invertida.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

Vinte e cinco Srs. Deputados aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam o projeto, queiram levantar-se. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Para justificação de voto, Sr. Presidente?

(Assentimento).

Sr. Presidente, apenas para contraditar a argumentação dos Deputados Beto Richa e Plauto, na questão das distâncias. É fácil entender que Guaraqueçaba pertença a Paranaguá e esteja a cento e tantos quilômetros, porque se pertencesse a qualquer outros núcleo, que não de Paranaguá, estaria certamente mais distante do que está de Paranaguá.

Certamente, Deputado Plauto, que o Município de Cândido de Abreu, quando deixou de pertencer a Ponta Grossa e passou a pertencer a Ivaiporã está a 90Kms de Cândido de Abreu. E Cândido de Abreu está a mais de 150Kms de Ponta Grossa. Na questão de Guaíra, é lógico que se tivéssemos um núcleo em Terra Roxa ou Iporã ou Francisco Alves, certamente que ficaria mais conveniente a Guaíra pertencer a Iporã ou Francisco Alves que estariam mais próximos. Mas hoje o núcleo de Umuarama está mais próximo de Guaíra do que qualquer outro.

Essa argumentação de que tantos Kms. não é base de argumentação, de fato não é base de argumentação. No caso específico da alteração, a distância, a maior que estamos acrescentando contraria, inclusive, os princípios.

Deputado Valdir Rossoni peço a V.Exa. que mantenha o nível de educação, que eu sempre tive com V.Exa. Não admito que V.Exa. venha com brincadeiras, querendo me tachar como xarope do ano. Posso ter tudo de ruim, menos ouvido. Não admito V.Exa. me respeite. Estou fazendo uma argumentação em contradição ao que disseram os Deputados Beto Richa e Plauto e V.Exa. não venha com brincadeiras, porque não admito isso.

O SR. VALDIR ROSSONI

Questão de Ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Acredito que o Deputado Orlando Pessuti está com os ouvidos não sei qual é a palavra que poderia ser colocada aqui. Quero dizer a V.Exa. que não aceitarei ser chamado à atenção por V.Exa.

O SR. ORLANDO PESSUTI

V.Exa. não tem autoridade para me tratar dessa forma. Não sou seu irmão, seu filho, para receber pito aqui dentro.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Gostaria que o Plenário mantivesse a calma para o bom andamento desse trabalho.

Para Justificação de Voto, o Deputado Péricles.

O SR. PÉRICLES MELLO (Para Justificar)

Quero deixar nos Anais desta Casa o nosso sentimento de repúdio da Bancada do PT, porque o problema é o método, Sr. Presidente. Estamos fazendo vir à tona, aquilo que há de pior na política, chamado de mando de Deputado, parece que é isso. Não tem outra razão para que os Deputados do Paraná, digo de forma autoritária, mude o núcleo de uma cidade para a outra. Na verdade na minha concepção de planejamento democrático, nem competia a nós.

A argumentação apresentada foi clara, o relator da Educação ouviu os interessados, ficou claro, para nós, que a maioria dos interessados era contra esta mudança. Eu acho que nós devíamos ouvir, antes de fazer um projeto desta natureza, professores, funcionários, prefeitos, lideranças e não através de mando político, de birra de deputado que apoia, por interesses exclusivamente eleitorais, que um município possa ser sede de núcleo.

Os argumentos não nos convenceram e nós deixamos o nosso protesto para que este tipo de lei seja votada, desta forma, na Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sobre a mesa, requerimento nº 2710 de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2711 e 2724, de autoria do Sr. Deputado Divanir Braz Palma, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 2712 e 2713, de autoria do Sr. Deputado Antonio Carlos Belinatti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2716, de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2718, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2719, de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2720, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2722, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2723, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Esta Presidência que registra a presença do Prefeito de Itaipulândia, Sr. Miguel Baherle.

O SR. BETO RICHA (Pela Ordem)

Queria, Sr. Presidente, se possível, justificar o meu voto, até em resposta.

Encaminhei a votação e diante das considerações que eu apresentei, agora não posso admitir a contra argumentação, maldosa e áspera do Deputado do PT, Péricles! Dizer que foi de forma autoritária, ele está muito equivocado. Eu não admito isso! Eu trouxe a esta Casa, para ser votado, de forma democrática, se o Sr. não está acostumado com democracia, então o senhor dá licença!

O SR. WALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)

Sr. Presidente, passou pela Mesa um requerimento pedindo Regime de Urgência a um projeto 124/99. Eu gostaria de ter conhecimento do projeto porque eu tenho uma questão de ordem a levantar.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Lê o teor do requerimento 124/99.

O SR. WALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, eu quero invocar o Artigo 186 - "Quando faltarem apenas 20 dias não pode mais ser pedido Regime de Urgência a não ser pelo Presidente da respectiva Comissão."

Passei batido, não sei se V.Exa. aceitará a Questão de Ordem, eu só quero levantá-la.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sr. Deputado, nós poderemos discutir esta questão mas aí teremos que incluir todos os requerimentos de Pedido de Urgência.

A mesa mantém a decisão já aprovada do Regime de Urgência a este projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão marcando outra para quarta-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 521/95, 361e 450/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 171 e 424/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 093, 101, 113, 410 e 429/99.

Levanta-se a sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA ATA DA 043ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 1999

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Caíto Quintana, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk e Divanir Braz Palma.

Às dezesseis horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppino, Moisés Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Nelson Justus (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 2725

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 389/99, em 1ª Discussão, de autoria do Deputado Anibal Khury, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 07.12.99.

(a) VALDIR ROSSONI

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 085/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e outros. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S..

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO
PROJETO DE LEI Nº 085/99

Art. 1º - As empresas, distribuidoras de medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, farmácias e drogarias poderão atuar no território do Estado do Paraná, obedecidas as disposições desta lei.

Art. 2º - O Comércio, a dispensação, a representação ou distribuição e a importação ou exportação de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, assim como produtos dietéticos, e vitaminas serão exercidos somente por empresas e estabelecimentos licenciados e cadastrados pelos órgãos sanitários e de defesa do consumidor do Estado do Paraná e dos municípios.

§ 1º - Os estabelecimentos farmacêuticos e outros previstos na legislação, que adquirirem os produtos mencionados no "caput" deste artigo, de empresas distribui-

doras com sede fora do Estado do Paraná deverão, necessariamente exigir destas comprovantes de registro cadastral junto aos órgãos sanitários e de defesa do consumidor do Estado do Paraná.

Art. 4º - ...

Parágrafo Único - Cópia do certificado de autorização para venda deverá ser arquivado na empresa e permanecer à disposição das autoridades sanitárias e de defesa do consumidor.

Art. 5º - ...

Parágrafo Único - A concessão de Licença Inicial bem como a renovação somente serão concedidas após a verificação do cumprimento das condições sanitárias e de qualidades exigidas pelo estado e pelos municípios.

Sala das Sessões, em 07.12.99.

(a) BETO RICHÁ

Apoiamento:

Antonio Carlos Baratter, Plauto Miró Guimarães, Elio Rusch, Serafina Carrilho, Abanor Gomes e Pastor Edson Praczyk.

O projeto foi encaminhado à C.C.J..

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 387/99, de autoria do Deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado de Segurança Pública, a destinar sala própria, nas penitenciárias, delegacias de polícia, ou nosocômio, para os advogados comunicarem-se com seus clientes. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S.. COM EMENDA DE PLENÁRIO, PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..
Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 477/99, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Umberto Bastos Sacchelli. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..
Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 571/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores Proprietários e Amigos do Balneário Shangri-lá no Município de Paranaguá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..
Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 581/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Santa Bárbara com sede no Município de Santa

Bárbara e foro no Município de São Jerônimo da Serra. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 593/99, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a "A Patofruta" Associação de Fruticultores de Pato Branco - Paraná, com sede e foro no Município de Pato Branco. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 389/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Estadual da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão - UNESCAM. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.. (Publ. no D.A. nº 85, de 02.08.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 389/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Estadual da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão - UNESCAM.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 30.09.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TÚLIO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 389/99

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do Deputado Anibal Khury, o presente projeto visa autorizar o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Estadual da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão - UNESCAM, com sede e foro na cidade de Campo Mourão, reunida e integrada a Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão.

Fundamentação

Em 1972 foi fundada a Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão e desde então vem crescendo. Cerca de 46% dos alunos da instituição pertencem aos 25 municípios da região.

Movida pelo anseio político, empresarial e religioso a transformação em universidade dará a esta instituição,

condições de se colaborar verdadeiramente com o desenvolvimento regional, assim como nacional, cumprindo seu papel de articuladora do avanço social e tecnológico.

Conclusão

Assim sendo, chamada a opinar, conforme lhe outorga o art. 33, § 7º, do Regimento Interno, este relator manifesta-se favoravelmente pela aprovação do projeto em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.09.99.

(aa) ANTONIO ANNIBELLI - Presidente
LUCIANA RAFAGNIN - Relatora

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)

Quero manifestar o meu voto pessoal contrário a esse requerimento, porque neste final de semana, mais especificamente no sábado na Cidade de Campo Mourão, estive participando de uma reunião do nosso partido o PMDB e recebi de diversas lideranças apelos para que o projeto do Deputado Anibal Khury fosse levado adiante e aprovado de forma a se instituir a Fundação Universidade Estadual da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão - UNESCAM.

Entendo que é um projeto que atende uma reivindicação muito antiga e por essa razão é nosso desejo votar o quanto antes o projeto.

Por isso voto contrário ao requerimento que pede adiamento de votação.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Em votação ao requerimento do Deputado Valdir Rossoni. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 389/99.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Gostaria de registrar voto contrário da Bancada do PMDB. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Devidamente registrado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo mais, às 18:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 498/99.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 200/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 063, 130, 229 e 599/99.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO 1ª Sessão Legislativa - 14ª Legislatura Ata da 5ª Reunião Ordinária

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, sob a presidência do Senhor Deputado Edgar Bueno e com a presença dos seguintes Deputados: Ademir Bier, Plauto Miró e Cezar Silvestri. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 412/99, de autoria do Deputado Tony Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Miró - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª Sessão Legislativa - 14ª Legislatura Ata da 4ª Reunião Extraordinária

Ao primeiro dia do mês de novembro do ano de mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes Deputados: Duílio Genari, Waldyr Pugliesi, Hermes Fonseca, Moysés Leônidas, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho, Antonio Belinati, Cesar Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de lei nº 015/96, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça. O Senhor Presidente e Relator do Projeto apresentou parecer favorável na forma do substitutivo. Devido a necessidade dos Deputados presentes em analisar melhor a matéria, o Senhor Presidente colocou em votação a sugestão de suspender a reunião e transferi-la para segunda-feira, às 13:30 horas - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos

Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO 1ª Sessão Legislativa - 14ª Legislatura Ata da 6ª Reunião Ordinária

Aos nove dias do mês de novembro do ano de um novecentos e noventa e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, sob a presidência do Senhor Deputado Edgar Bueno e com a presença dos seguintes Deputados: Ademir Bier, Plauto Miró, Divanir Braz Palma e mais o Deputado Orlando Pessuti. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, que contou com a presença do Senhor Norberto Anacleto Ortigara, Diretor Geral da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento; Senhor Alvir Jacob, Chefe da Seção de Fiscalização do Comércio de Agrotóxicos da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento; Senhor Luiz Carlos Hatschbach, Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento; que transcorreu conforme notas taquigráficas anexo. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª Sessão Legislativa - 14ª Legislatura Ata da 28ª Reunião Ordinária

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes Deputados: Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Luciana Rafagnin, Antonio Belinati, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho, Moysés Leônidas, Carlos Simões, Algaci Tulio, Beto Richa, Plauto Miró Guimarães Filho e mais os Deputados Ademir Bier, Chico Noroeste e Edson Strapasson. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 606/99, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Algaci Tulio - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Luciana Rafagnin, Waldyr Pugliesi e Nereu Moura; 02) Projeto de Lei nº 231/99, de autoria do Deputado Durval

Amaral. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Algaci Tulio, na forma da emenda anexa - APROVADO; 03) Projeto de lei nº 600/99, de autoria do Deputado Moysés Leônidas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Algaci Tulio - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 587/99, de autoria do Deputado Edson Strapasson. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 05) Projeto de lei nº 059/99, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 601/99, de autoria do Deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 603/99, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 594/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 513/99, de autoria da Deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 10) Projeto de lei nº 593/99, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 11) Projeto de Lei Complementar nº 015/96, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça. CONCEDIDO VISTAS aos Deputados Nereu Moura e Moysés Leônidas; 12) Projeto de Lei nº 370/99, de autoria do Deputado Ricardo Chab. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Beto Richa - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 503/99, de autoria do Deputado Tony Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Beto Richa, na forma da emenda anexa - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 563/99, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Beto Richa - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 547/99, de autoria do Deputado Tiago de Amorim Novaes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Beto Richa - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 354/99, de autoria do Deputado Ricardo Maia. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 419/99, de autoria do Deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 571/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 200/99, de autoria da Deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pastor Edson Praczyk, à emenda de Plenário - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 494/99, de autoria dos Deputados Luiz Accorsi e Edno Guimarães. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Nereu Moura; 21) Projeto de Lei nº 585/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 556/99, de autoria do Deputado Divanir Braz Palma. O Deputado Relator Nereu Moura requer diligência - DEFERIDO; 23) Projeto de lei nº 590/99, de autoria do Deputado Elio Lino Rusch. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 387/99, de

autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura, à emenda de Plenário - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 540/99, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 602/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Waldyr Pugliesi - APROVADO; 27) Projeto de lei nº 589/99, de autoria dos Deputados Algaci Tulio e Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Waldyr Pugliesi - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 229/99, de autoria do Deputado Carlos Simões. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Waldyr Pugliesi, à emenda de Plenário - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª Sessão Legislativa - 14ª Legislatura Termo de Ata

Aos seis dias do mês de dezembro de um mil, novecentos e noventa e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes Deputados: Waldyr Pugliesi, Hermes Fonseca, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho e Moysés Leônidas. Não havendo número legal, o Senhor Presidente declarou transferida a presente reunião. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei o presente Termo de Ata, que após lida e aprovado será assinado pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO 1ª Sessão Legislativa - 14ª Legislatura Ata da 7ª Reunião Ordinária

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de um mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, sob a presidência do Senhor Deputado Edgar Bueno e com a presença dos seguintes Deputados: Ademir Bier, Plauto Miró, Divanir Braz Palma. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passa-se a Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 52/99, de autoria dos Deputados Augustinho Zuc-

chi, Irineu Colombo e Carlos Simões. O Deputado Relator Divanir Braz Palma requer mais prazo - DEFERIDO; 02) Projeto de Lei nº 147/99, de autoria do Deputado Antonio Baratter. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Plauto Miró. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
1ª Sessão Legislativa - 14ª Legislatura
Ata da 8ª Reunião Ordinária

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de um mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, sob a presidência do Senhor Deputado Edgar Bueno e com a presença dos seguintes Deputados: Plauto Miró, Divanir Braz Palma e Hermes Fonseca. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passa-se a Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 505/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cesar Selestri - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 260/99, de autoria do Deputado Ricardo Maia. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Ademir Bier - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 391/99, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Divanir Braz Palma - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 52/99, de autoria dos Deputados Augustinho Zucchi, Irineu Colombo e Carlos Simões. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Divanir Braz Palma, na forma da emenda anexa - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª Sessão Legislativa - 14ª Legislatura
Ata da 29ª Reunião Ordinária

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes Senhores Deputados: Cesar Seleme, Moysés Leônidas, Duílio Genari, Antonio Belinati, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho, Hermes

Fonseca, Nereu Moura, Waldyr Pugliesi, Durval Amaral, Algaci Tulio, Beto Richa e mais os Deputados Tony Garcia, José Maria Ferreira e Edgar Bueno. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 588/99, de autoria dos Deputados Algaci Tulio e Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cesar Seleme - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 625/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cesar Seleme - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 378/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cesar Seleme, à emenda de Plenário - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 622/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cesar Seleme - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 575/99, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cesar Seleme - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 630/99, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cesar Seleme - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 624/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cesar Seleme - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 619/99, de autoria da Deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cesar Seleme - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 609/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cesar Seleme - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 608/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cesar Seleme - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 607/99, de autoria do Deputado Basílio Zanusso. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cesar Seleme - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 620/99, de autoria do Deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 13) Proposição - Veto nº 030/99, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 599/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 633/99, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 578/99, de autoria do Tribunal de Contas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Belinati - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 534/99, de autoria do Deputado Antonio Carlos Baratter. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Belinati - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 313/99, de autoria do Deputado Ricardo Maia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Belinati - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 494/99, de autoria dos Deputados Luiz Accorsi e Edno Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 592/99, de autoria do Deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 568/99, de autoria do

Deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 371/99, de autoria do Deputado Ricardo Maia. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Antonio Belinati; 23) Projeto de Lei nº 548/99, de autoria do Deputado Kielse Crisóstomo. O Deputado Relator Hermes Fonseca requer diligência - DEFERIDO; 24) Projeto de Lei nº 595/99, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 596/99, de autoria do Deputado Edson Strapasson. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 002/98, de autoria do Tribunal de Justiça. CONCEDIDO VISTAS aos Deputados Pastor Edson Praczyk e Waldyr Pugliesi; 27) Projeto de Lei nº 614/99, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Waldyr Pugliesi - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 610/99, de autoria dos Deputados Nelson Justus e Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto

Miró Guimarães Filho - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 267/99, de autoria do Deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Durval Amaral - APROVADO, com voto CONTRÁRIO dos Deputados Hermes Fonseca, Waldyr Pugliesi e Nereu Moura; 30) Projeto de Lei nº 272/99, de autoria do Deputado Ademir Bier. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Durval Amaral - APROVADO, com voto CONTRÁRIO dos Deputados Nereu Moura, Waldyr Pugliesi, Hermes Fonseca, Moysés Leônidas e Pastor Edson Praczyk; 31) Projeto de Lei nº 606/99, de autoria do Poder Executivo. O Deputado Relator Durval Amaral requer mais prazo - DEFERIDO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária